

Diário do Legislativo de 06/05/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Evento Realizado na 28ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Abertura do Ciclo de Debates "Política Nacional de Resíduos Sólidos"

1.2 - 9ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Sr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, do Título de Cidadão Honorário

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 27/4/2006

Presidência do Deputado Fábio Avelar e da Deputada Elisa Costa

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Primeiro Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Federal Benjamin Maranhão - Palavras do Deputado Laudelino Augusto - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras da Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna - Palavras do Sr. Jobson Nogueira de Andrade - Apresentação de monólogo - Segundo Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Deputado Federal Ivo José - Palavras da Sra. Maeli Estrela Borges - Palavras da Sra. Sônia Maria Dias - Palavras do Sr. Frederico Pecorelli - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Destina-se esta reunião à abertura do ciclo de debates "Política Nacional de Resíduos Sólidos". Nesta tarde, teremos a oportunidade de ouvir o Deputado Federal Ivo José, relator do Projeto de Lei nº 203/91, e a Profa. Maeli Estrela Borges, que apresentará as contribuições de Minas a esse mesmo projeto.

Primeiro Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Benjamin Maranhão, Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o Projeto de Lei Federal nº 203/91; Deputado Federal Ivo José, relator do Projeto de Lei nº 203/91; Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este evento; Sinara Meireles Chenna, Superintendente de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Fernando Pimentel; e Jobson Nogueira de Andrade, Secretário Executivo do Fórum Estadual Lixo e Cidadania.

Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais se sente gratificada em promover, mais uma vez, um debate sobre resíduos sólidos, tema que se tornou obrigatório e urgente para todas as esferas da administração pública, diante das dimensões alcançadas em nossa sociedade pelo consumo, pelo desperdício e pela produção de lixo.

Diante dessa realidade e do fato de ter sido relegado durante décadas, o problema do lixo é hoje um desafio para os governos, os estudiosos, os ambientalistas e o conjunto dos cidadãos. Qual é o destino adequado para o lixo gerado pelas indústrias, pela agropecuária, pelo comércio, pela prestação de serviços, pelos hospitais, pelas instituições públicas, por todos nós, em nossa residência e em nosso dia-a-dia? Como evitar que os restos de nossas atividades econômicas e sociais se transformem em fonte de degradação ambiental por meio da proliferação de insetos e de animais transmissores de doenças; do entupimento de bueiros, calhas e esgotos; da contaminação dos solos, rios, lagos e demais recursos hídricos? Como evitar, enfim, que tais resíduos se tornem ameaça à nossa saúde, ao nosso bem-estar, à sobrevivência de dezenas de espécies da flora e da fauna, aos ecossistemas, à vida em suas diversas formas de manifestação?

Para debater esses assuntos, a Assembléia Legislativa realizou, em novembro do ano passado, o seminário legislativo "Lixo e Cidadania - Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável", com a participação de dezenas de instituições do poder público e da sociedade vinculadas ao tema.

Também participaram do evento centenas de delegados, representantes de todas as regiões de Minas, que haviam discutido o assunto, durante vários meses, em 11 encontros no interior do Estado. Tais encontros foram fundamentais para conhecermos a situação dos resíduos sólidos em todo o Estado, a partir das experiências, dos projetos, das dificuldades e das demandas apresentadas.

Esses encontros regionais não só revelaram a crítica situação da maioria dos Municípios mineiros com referência aos resíduos sólidos, mas também apontaram as opções de enfrentamento do problema, desenvolvidas com sucesso em algumas cidades.

Com os relatórios trazidos das diversas regiões do Estado e as discussões realizadas nesta Casa, o seminário legislativo resultou na aprovação de um rico documento, com 409 propostas, destinado a subsidiar as políticas públicas para o setor.

Obteve-se, assim, um conjunto de diretrizes para a política de gestão dos resíduos sólidos, segundo seis subtemas: "Economia e Inclusão Social"; "Política de Recursos Humanos para a Área de Limpeza Urbana"; "Educação Ambiental e Cultura"; "Saúde e Meio Ambiente"; "Tecnologia e Destinação"; e "Legislação, Recursos Financeiros e Mecanismos de Financiamento".

Tais diretrizes deram origem a um conjunto de proposições, em forma de emendas, destinadas ao aprimoramento do substitutivo do Deputado Ivo José ao Projeto de Lei Federal nº 203/91, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa é uma contribuição da Assembléia Legislativa e do Estado de Minas Gerais ao projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardado com grande expectativa pela sociedade brasileira. Tal contribuição, naturalmente, será muito enriquecida com as palestras e as discussões deste evento, em vista da experiência, do conhecimento de causa e da competência dos expositores e dos debatedores, a quem agradecemos a disponibilidade e a valiosa contribuição.

Gostaríamos de agradecer também a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste ciclo de debates, especialmente às entidades de apoio, ao grupo que elaborou o documento de sugestões para o projeto de lei, às autoridades presentes e a todos os participantes.

Agradecemos, por fim, de maneira especial, à Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este evento, e ao Deputado Ivo José, ex-membro desta Casa e relator do Projeto de Lei Federal nº 203/91, certos de que, aperfeiçoando os instrumentos legais referentes aos resíduos sólidos, estaremos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de nossa população. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Benjamin Maranhão

Saúdo a Mesa, os Deputados de Minas Gerais, na pessoa do Vice-Presidente, Fábio Avelar, e a todos os presentes.

É um prazer estar num evento dessa importância, principalmente por saber que o tema "resíduos sólidos" tem sido tão debatido aqui, em Minas Gerais. Ver essa preocupação por parte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da sociedade, do governo do Estado, por seus órgãos envolvidos nesse processo, realmente nos anima muito. É uma luta, como disse hoje em entrevista na Assembléia, que muitas vezes se torna difícil.

Durante muito tempo, isso não foi uma prioridade de governo, o que gerou danos ao meio ambiente e à saúde da população. Em razão dessa falta de atenção a um problema tão sério da sociedade moderna, precisamos administrar, neste momento, um passivo muito grande.

Estamos trabalhando nesse projeto, que, há 15 anos, se encontrava na Câmara dos Deputados. São 115 projetos apenas para dar ao País um marco legal em relação aos resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares, enfim, todo e qualquer material produzido por meio da atividade humana. Estamos cientes da necessidade de debates como este, pois a experiência aqui acumulada ajudará no aprimoramento do relatório final do Deputado Ivo José, que está fazendo um trabalho extremamente democrático, ouvindo a sociedade, o empresariado, o poder público. Buscamos, com esse trabalho, uma solução definitiva para o problema. O resíduo, para nós, não constitui, única e exclusivamente, um problema ambiental e de saúde pública, mas também uma questão econômica e social. Temos de olhar o problema dos resíduos por diversos prismas e encontrar, no que aparentemente é um problema, a grande solução para a geração de emprego e renda no País. Vivemos um dilema muito grande no Brasil. Ao mesmo tempo que o País domina as tecnologias mais modernas na reciclagem, no reaproveitamento dos resíduos, convivemos com os chamados lixões a céu aberto, que dominam a paisagem da grande maioria dos Municípios. No início do meu trabalho na Comissão, pensei que essa era uma realidade apenas dos Estados pobres, mas, quando começamos a levantar os estudos sobre isso, descobrimos que mesmo nos Estados ricos como o Estado de Minas Gerais existe uma prevalência do lixão a céu aberto ou do chamado aterro controlado, que de controlado não tem nada. Muitas vezes, um aterro controlado é mais danoso para a ecologia e para a saúde da população do que um lixão a céu aberto, porque não se está vendo o que está se processando dentro daquele lixo ali depositado.

Creio que esse trabalho que estamos realizando crie não somente um marco regulatório que dê estabilidade à legislação, que não dependa de decisões do Conama para a regulamentação, que seja uma coisa definida, para que, por meio dessa estabilidade, se faça um planejamento de longo prazo e se permita também à iniciativa privada investir, cada vez mais, em recursos para reciclagem e controle desses depósitos finais de resíduos, e também priorize a cobrança, por parte do poder público, de um plano de gerenciamento de resíduos, da criação de consórcios intermunicipais e de parcerias nas três esferas. A nossa idéia básica, por meio desse projeto de lei que tratará da política nacional de resíduos, é termos legislação moderna flexível suficiente para se admitirem as tecnologias que surgirão normalmente dos resíduos, que incentive essas pesquisas, visando ao social, permitindo criar sanções sérias ao poder público e à iniciativa privada, caso não venha adaptar-se à nova realidade que surgirá a partir dessa legislação. É isso o que pretendemos. A contribuição que hoje vamos colher é muito importante, como

também todas as outras que estamos colhendo nas viagens por todo o Brasil e nas audiências públicas em Brasília.

Temos um desafio muito grande. Apesar de ser um ano eleitoral, com uma grande concentração sobre a política, com certeza, concluiremos esse trabalho legislativo ainda neste semestre. Existe o nosso empenho, o de muitos membros da comissão e, principalmente, o do nosso relator, que não tem poupado esforços para que esse trabalho seja concluído neste ano.

Passaram-se 15 anos sem que esse projeto tivesse um andamento correto na Câmara dos Deputados. Esta Comissão foi instalada em agosto, e já estamos nos passos finais que levarão à sua aprovação na comissão para, em seguida, ser levado a Plenário.

Agradeço o convite da Assembléia de Minas Gerais e dos companheiros Deputados. Com certeza, estaremos recebendo todas as contribuições e analisando-as. O relator saberá fazer bom uso delas em seu relatório final. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Laudelino Augusto

Cidadãs e cidadãos presentes, membros da Mesa, cumprimento todos e todas na pessoa do nosso Presidente Deputado Fábio Avelar. É uma satisfação e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade participar deste evento como seu co-autor, com a Deputada Elisa Costa.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, temos visto uma grande quantidade de denúncias relativas ao lixo produzido cada dia mais e com destinação cada dia menos sustentável e menos de acordo com os princípios da preservação da natureza. Por outro lado, temos testemunhado principalmente ações concretas para a solução do problema. Graças a Deus, isso tem acontecido tanto nos pequenos Municípios quanto nas empresas, nas entidades e nas escolas.

A questão do lixo tem solução. Isso está claro. Existem experiências bem concretas. Temos que começar distinguindo bem o termo, ou seja, definindo bem o que é lixo, pois muita coisa nem lixo é. Há toda a parte orgânica, sobre a qual existem pesquisas. Em certos lugares, 65% dos rejeitos são orgânicos e podem ser reutilizados por meio da compostagem, etc.

Portanto existe uma solução que passa pelo indivíduo, tanto pelos que produzem quanto pelos que têm responsabilidade em sua destinação. O indivíduo, os grupos humanos, as comunidades rurais e urbanas, os Municípios, as empresas e o poder público, todos nós estamos envolvidos na produção e na destinação dos resíduos.

Nessa fala inicial, quero destacar a importância da educação ambiental, da educação para o consumo. Nossa sociedade é muito consumista. A cada dia, há mais propaganda e, conseqüentemente, consumo, o que produz mais rejeitos. Por isso, é preciso reeducarmo-nos.

Estamos preparando, para os dias 8 e 9 de junho, coroando a Semana do Meio Ambiente, um fórum técnico de educação ambiental aqui nesta Assembléia, para contribuímos para a elaboração de uma política mineira de educação ambiental.

Concluo desejando êxito à Comissão de Representação dos Fóruns, que muito trabalhou para a realização de vários seminários, como o do "Lixo e Cidadania", no ano passado, entre outros. Vocês terão a oportunidade de ver o documento final, a ser apresentado por representante da Comissão, por pessoas da sociedade civil e voluntários, que prestam contribuição.

Resumo o nosso desejo e trabalho com tudo isso, na seguinte frase: Lixões, nunca mais; aterros controlados ou aterros sanitários, por um pouco mais de tempo; redução, reutilização de materiais, reciclagem, compostagem orgânica, já; coleta seletiva, sempre. O resultado: qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Tenham um ciclo de debate.

O Sr. Presidente - Informo aos presentes que acabo de receber um telefonema do Presidente da Feam, Dr. Ilmar Bastos Santos, justificando ausência na abertura deste debate, em virtude de um atraso em uma palestra que ele foi realizar, hoje, no Combio. Entretanto ele enviou representante para participar deste ciclo de debates.

Palavras da Deputada Elisa Costa

Boa tarde a todos. Rendo os cumprimentos ao Presidente em exercício, Deputado Fábio Avelar; ao Deputado Federal Benjamin Maranhão, Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, encarregado de analisar o Projeto de Lei nº 203/91; ao companheiro e amigo, Deputado Ivo José, a quem agradeço trabalharmos juntos, já que é relator desse projeto. Cumprimento ainda o Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que vem realizando brilhante trabalho, comprometido com a causa ambiental em nosso Estado; à Sinara, da CLU, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; com muita alegria, o engenheiro Jobson Nogueira de Andrade, Secretário Executivo do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; os representantes da Asmare, enfim, todas as entidades que participaram da elaboração, preparação e sistematização das propostas do seminário "Lixo e Cidadania".

O enorme conjunto de entidades proponentes deste evento como também do seminário anterior dará grande contribuição à preparação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Cumprimento também os representantes da Asmare e demais entidades presentes.

Ao propormos à Assembléia Legislativa de Minas Gerais a realização deste ciclo de debates, a pedido do Deputado Ivo José, relator da Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tínhamos como objetivo contribuir para a construção da Política Nacional a partir da experiência das centenas de Prefeitos mineiros adquirida no enfrentamento cotidiano da questão dos resíduos sólidos em seus Municípios, assim como absorver as conclusões do rico processo de discussão deste problema propiciado pelo seminário legislativo "Lixo e Cidadania: Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável", cujo tema foi discutido profundamente, durante vários meses, nos 11 eventos realizados no interior do Estado e na Capital, quando centenas de Delegados, representantes de todas as regiões administrativas do Estado, compuseram o documento final, com 409 propostas, correspondente à seleção e à consolidação dos itens apresentados em todas as etapas antecedentes.

Essa proposta está sistematizada nesse documento publicado pela Assembléia Legislativa.

A realidade de Minas Gerais, debatida no seminário e relatada pela Semad, e pela equipe da Assembléia, mostra que no Estado ainda há lixões em 562 Municípios. A fala-síntese do Deputado Laudelino Augusto, "Lixões nunca mais", precisa tornar-se realidade. Em 853 Municípios, ainda há 562 com depósitos de lixo a céu aberto, sem nenhum tratamento. Em 193 cidades, há aterros controlados - locais onde o lixo recebe apenas camadas de terra para minimizar os impactos ambientais -; 25 Municípios são atendidos por 16 aterros sanitários; 54 possuem usina de compostagem ou triagem licenciada; e 16 cidades têm usinas não licenciadas.

Trata-se, portanto, de uma realidade que precisa mudar - e muito - em Minas Gerais e, com certeza, Deputado Federal Benjamin Maranhão, em todo o País.

Pelo estudo que fiz do material cuidadosamente preparado pela comissão de representação do seminário, a partir de uma criteriosa análise do texto substitutivo até então proposto pela Comissão Especial, relatoria do Deputado Ivo José, pude verificar que quatro grandes contribuições se destacam e que, por si só, justificam a realização deste ciclo de debates: (- Lê:)

"I - A proposta de inclusão na Política Nacional de Resíduos da figura do catador de material reciclável, trabalhador que realiza a atividade de coleta, transporte, triagem e beneficiamento de material reciclável, dispostos nas ruas ou lixões.

Inclusão, tanto do ponto de vista do reconhecimento dos serviços prestados à limpeza urbana e à redução do problema gerado pelos resíduos das atividades humanas, que hoje tanto nos preocupa, quanto do ponto de vista da inserção social, do comprometimento com a erradicação do trabalho de catação nos lixões, e a criação de alternativas de geração de trabalho e renda para esse segmento, através da organização, capacitação e apoio à construção da infra-estrutura dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.

A partir deste ano, após uma série de debates para reduzir impostos, uma das propostas feitas por nós e apresentada e acatada pelo governo de Minas foi a total isenção para as associações e cooperativas de catadores na venda dos produtos de material reciclável. Eles contribuíam com mais de 18% na venda do produto, muitas vezes somado à compra de uma nota fiscal, ou seja, em algumas situações chegava-se a 24% do valor. Hoje, pagam zero pela venda do produto, o que é uma conquista muito importante, principalmente no que se refere à inserção social dessas pessoas.

II - Proposta de inclusão da idéia de construção de espaços participativos de discussão, elaboração e monitoramento de políticas públicas de resíduos sólidos, por meio da constituição dos Fóruns Lixo e Cidadania - o fórum estadual, os fóruns municipais e o fórum nacional, este último construído com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável.

III - Introdução da preocupação com a educação ambiental, com as respectivas ações, programas e atividades voltadas para conscientizar a população e a sociedade de sua responsabilidade, em um compromisso cada vez maior com relação aos programas e ações da política nacional de resíduos sólidos.

IV - Introdução na Política Nacional de Resíduos de diretrizes relativas à política de recursos humanos necessários para planejar, gerenciar e executar a limpeza, o transporte, o tratamento e a destinação final, com previsão de estrutura administrativa de nível e tamanho condizentes com o porte da ação".

Essas propostas fazem parte da política discutida em Minas Gerais. É uma síntese do conjunto de propostas, mas que representam parte das idéias que a comissão de representação apresentará de forma mais ampliada. Queremos dar nossa contribuição para o avanço deste debate, a partir do entendimento que tivemos no seminário, que será apresentado, em nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e de todas as entidades, pela comissão especial representada pelos Deputados Benjamin e Ivo José. Obrigada.

Palavras da Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna

Inicialmente, agradeço pelo convite feito ao Prefeito Fernando Pimentel. Estou certa de que os debates serão profícuos, com contribuições para a formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cumprimento, nas pessoas dos Deputados Fábio Avelar e Laudelino Augusto, todos os componentes da Mesa e todos os representantes das entidades presentes.

Parabenizo a Assembléia pela realização do seminário legislativo "Lixo e Cidadania", um conjunto de oportunidades desenvolvidas ao longo do ano passado, para discussão de temas importantes a respeito dos resíduos sólidos. Essa questão contempla não apenas os aspectos técnicos; o problema estará praticamente resolvido se houver recursos disponíveis. Mas a gestão de resíduos pressupõe contemplar outros aspectos de natureza social e ambiental, que não podem ficar fora de um marco regulatório nos planos municipal, estadual ou federal para a gestão de resíduos. Com a implementação dessa política, os Municípios disporão de um instrumento que lhes dará condições de trabalhar não apenas com legislações esparsas e dispersas, mas com um conjunto de diretrizes para o gestor municipal e para os demais envolvidos dos setores público e privado nessa questão.

Estou certa de que teremos muito que aprender, contribuir e refletir a partir das palestras que se seguirão. Agradeço, mais uma vez, o convite. Obrigada.

Palavras do Sr. Jobson Nogueira de Andrade

Cumprimento os presentes: Deputado Fábio Avelar, Presidente desta reunião; Deputado Federal Benjamin Maranhão; Deputado Federal Ivo José; Deputado Laudelino Augusto; Deputada, amiga e engenheira, Deputada Elisa Costa; Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, Superintendente da SLU da Capital; senhoras e senhores, quero dizer, em apenas 1 minuto, que a sociedade civil está organizada para planejar e construir o seu futuro, e a área de tecnologia, a qual represento, está preparada para fornecer os subsídios necessários.

Acreditamos que há grande consenso entre os povos do Brasil: só com o crescimento econômico sustentável do País, de suas unidades federativas, dos Municípios, haverá realmente uma verdadeira valorização da pessoa em todos os aspectos.

Nesse entendimento, acreditamos, na oportunidade do momento para discutir e aprovar uma política nacional que regulamente a destinação de resíduos sólidos, que essa política é fator real de desenvolvimento.

A área de tecnologia quer muito contribuir com esse processo. Esperamos que ele seja inclusivo, democrático, participativo e viável, levando-se em conta que estabelecer uma regulamentação nacional para a destinação de resíduos, significa enfrentar carências culturais, dificuldades orçamentárias e financeiras de Municípios e Estados e, principalmente, as demandas do mercado.

A contrapartida às dificuldades está na mobilização das entidades e de toda a sociedade que, certamente, produzirá subsídios importantes a essa iniciativa.

Essa é a missão do Fórum Lixo e Cidadania, que tem cumprido uma agenda propositiva em todo o Estado, envolvendo as instituições e entidades e trazendo a sua contribuição. Obrigado.

Apresentação de Monólogo

O Sr. Presidente - Neste momento, teremos a apresentação do monólogo "A Catadora" pela Profa. Maria do Carmo Silva Pires Martins. O monólogo de sua autoria surgiu de uma pesquisa feita no lixão que havia na cidade de Timóteo. A partir de conversas informais e entrevistas, a professora pesquisou a vida das pessoas que ali viviam. Hoje Timóteo tem um grupo organizado de catadores, a Associação dos Catadores de Timóteo - Ascati -, que funciona em local adequado, com refeitório, telefone e escola, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de transformar resíduos sólidos em objetos de arte.

Com a palavra, a Profa. Maria do Carmo Silva Pires Martins, coordenadora da Escola Infantil Monteiro Lobato e contadora de histórias.

- Procede-se à apresentação do monólogo.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Profa. Maria do Carmo Silva Pires Martins pela belíssima apresentação de monólogo de sua autoria. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos às autoridades que participaram da abertura deste ciclo de debates.

Segundo Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Elisa Costa) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Benjamin Maranhão, Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o Projeto de Lei nº 203/91; Deputado Federal Ivo José, relator do Projeto de Lei nº 203/91; Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado André Quintão; Maeli Estrela Borges, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes/MG - e membro da Comissão de Representação do Seminário Legislativo Lixo e Cidadania - Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável; Sônia Maria Dias, Consultora do Ministério das Cidades, membro do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e Coordenadora do Grupo I no Seminário Legislativo Lixo e Cidadania - Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável; Nelson Antônio Prata, Secretário Executivo da Associação de Defesa do Cidadão, Usuário, Consumidor e Contribuinte em Minas Gerais - Aducon - ; Santelmo Xavier Filho, professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e coordenador do Grupo V no Seminário Legislativo Lixo e Cidadania - Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável; Júnia Márcia Bueno Neves, Presidente da Associação dos Profissionais Liberais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Agrimensura - Aplena-PBH - e Coordenadora do Grupo II no Seminário Legislativo Lixo e Cidadania - Políticas para uma Sociedade Sustentável; Flávio Mayrink, Diretor de Infra-Estrutura da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam - , representando o Presidente, Ilmar Bastos Santos; Jobson Nogueira de Andrade, Secretário Executivo do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; Frederico Pecorelli, Coordenador-Geral do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Educacional - Gepede - e Coordenador do Grupo III no Seminário Legislativo Lixo e Cidadania - Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável; e Maria das Graças Marçal - Dona Geralda -, da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - Asmare.

Esses convidados também foram palestrantes e coordenadores dos grupos do seminário "Lixo e Cidadania". Temos ainda mais alguns convidados que não se fazem presentes. Vamos dar continuidade ao nosso ciclo de debates.

Registro de Presença

A Sra. Presidente - Registramos a presença dos Vereadores Naudo e Paulo Machado, do Sul de Minas; Eduardo Carvalho, de Timóteo; e João Paulo, de Monte Sião. Convido para fazer parte da Mesa o Deputado André Quintão, um dos proponentes do Seminário Cidadania. Trabalhou nas regionais, no Seminário estadual, por meio da Comissão de Participação Popular; dos Vereadores de Formiga Cabo Cunha, Moacir Ribeiro e Evandro Donizete, membros da Comissão de Meio Ambiente. Obrigada pela representação.

Palavras do Deputado Federal Ivo José

Boa tarde a todos. Desejo saudar a Deputada Elisa Costa, nossa companheira, amiga e autora, juntamente com o Deputado Laudelino Augusto, deste ciclo de debates; também todos os Deputados e as Deputadas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e manifestar a alegria de retornar a estar Casa, onde estivemos por três mandatos consecutivos. Gostaria de dizer também da alegria de reencontrar aqui o nosso parceiro e companheiro nessa jornada, em que estamos passando pelo desafio de conduzir a Política Nacional de Resíduos, o Deputado Federal Benjamin Maranhão, do PMDB da Paraíba. Estivemos no seu Estado, e é uma alegria recebê-lo aqui, no nosso.

Quero citar também os demais integrantes desta Mesa: a Sinara, que já participou de outros momentos, Superintendente da SLU; o Jobson Nogueira de Andrade, Secretário Executivo do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; a Maeli, a Sônia, o Nelson, e todos que, de uma forma ou de outra, estão aqui, nesta tarde, com disposição de, além de discutir, trazer subsídios e sugestões para a construção da Política Nacional de Resíduos.

Gostaria de dizer que todos aqui puderam testemunhar a enorme riqueza de um pessoa que tem sido grande colaboradora da nossa região do Vale do Aço, a Profª Maria do Carmo Silva Pires Martins, conhecida por nós como Profª Cacau. Em nome dela, em nome da D. Geralda, da Asmare, em nome de todos que atuam na catação de materiais recicláveis, venho manifestar nosso profundo carinho e respeito pelas palavras que nos antecederam.

Afirmamos aqui que a presença da Profª Cacau com o monólogo "A Catadora" simboliza todo o nosso carinho, todo o nosso compromisso de assegurar o aspecto social, a inclusão social na nossa proposta de lei nacional de resíduos.

Na pessoa do Sr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial com a Reciclagem - Cempre -, que está aqui presente, saúdo todos os parceiros. Sei que eles compreendem a importância de se buscar a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada para lutar pela normatização nacional que todos queremos. Às vezes, precisamos ceder; outras vezes, precisamos avançar. Para que essa construção aconteça de forma efetiva e coletiva, precisamos da participação de todos.

Gostaria, então, de mostrar alguns aspectos que apresentamos em nossa proposta que está em tramitação. No entanto, não entraremos no mérito, no detalhamento, pois entendemos que este ciclo de debates poderá trazer, nas diretrizes, nas linhas gerais, aspectos atuais da política. As pessoas que militam no poder público, no movimento social ou na iniciativa privada entenderão que o objetivo, além de buscar o acúmulo do que foi construído na legislatura passada, que se interrompeu - falaremos disso adiante -, é buscar os aspectos atuais. Isso deve ser feito recorrendo-se à tecnologia, à participação da iniciativa privada, do poder público e da sociedade, a fim de encontrarmos um denominador comum.

A Comissão Especial teve origem no Projeto de Lei nº 203/1991, do Senado Federal. Hoje, há outros 115 projetos apensados. A Comissão, de que sou relator, é presidida pelo Deputado Benjamin Maranhão. Na verdade, ela foi recriada em outubro do ano passado. O projeto é de 2003. Se fizermos as contas desde quando tudo começou, veremos que já se passaram 15 anos. Todavia, há poucos meses, realizamos esse

trabalho.

Gostaria de citar fatos que antecedem o ano de 2003, a fim de resgatarmos essa memória histórica, pois ela é muito importante para entendermos o que acontece nos dias atuais. O Projeto de Lei nº 203 tratava do acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação final dos resíduos do serviço de saúde.

Em maio de 2000, esse projeto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social com o substitutivo. Na época, ainda não estávamos na Câmara dos Deputados. Em abril do mesmo ano, instituiu-se a Comissão Especial para Análise do Projeto de Lei nº 203. Dezenas de projetos de lei referentes a diversos tipos de resíduos e às formas de sua disposição foram apresentados. Cerca de 70 projetos chegaram ao Projeto de Lei nº 203. Em maio de 2001, a Comissão foi instalada, tendo sido nomeado relator o Deputado Emerson Kapaz, de São Paulo. Atualmente, ele não é parlamentar. Em dezembro de 2002, ao terminar a legislatura, a matéria não foi deliberada na Comissão, que foi extinta de acordo com as disposições regimentais. Sabe-se que a comissão especial extingue-se quando se encerra a legislatura. Em 2005, reinstalamos a Comissão Especial, da qual fui designado relator.

O Deputado Benjamim Maranhão é testemunha desta história. Tivemos de buscar o apoio das bancadas, dos partidos e do Presidente da Câmara dos Deputados.

Encontramos, no Deputado Aldo Rebelo, atual Presidente, apoio para instalar a comissão. Apresentamos um plano de trabalho com alguns princípios que gostaria de citar rapidamente, mas depois detalharei um por um.

Temos os princípios da política nacional de resíduos. O primeiro princípio é a descentralização político-administrativa. O segundo, o planejamento e a cooperação regional. Hoje vivemos importantes experiências na busca de consórcio entre Municípios para a solução compartilhada dos resíduos urbanos. Há o princípio da universalização e regularidade do atendimento, que deve ser assegurado.

Outro princípio é a mobilização social, de que não abrimos mão. Há o princípio da previsão de aporte financeiro. Em diversas visitas a alguns setores, constatamos a necessidade de incentivos fiscais para a efetivação da política nacional de resíduos, não apenas no nível social, sob o aspecto de cooperativas de catadores, e também em incentivos à produção de insumos e equipamentos.

Outro princípio é o da continuidade e da qualidade do serviço. Há ainda a implementação do princípio poluidor-pagador, tema que se discute há muito tempo nas áreas de meio ambiente e de qualidade de vida de desenvolvimento sustentável.

Outro princípio é o do controle público e social para que a efetividade da política de resíduos tenha sucesso e seja democratizada. Há o princípio do incentivo à redução, reutilização e reciclagem. Isso foi muito falado nas fases anteriores. É o princípio dos três "erres": reduzir a produção de lixo, reutilizar o material que for possível e a reciclagem, como o Deputado Laudelino Augusto disse, sempre a reciclagem.

Outro princípio fundamental é o da capacitação profissional, pois proporciona qualidade, gera renda e oportunidades.

Temos agora o desdobramento dos princípios. Quanto ao maior grau possível de cooperação intersetorial, seja quanto a outras questões ambientais, por exemplo, à poluição da água, do ar, do solo, ao efeito estufa, seja quanto a setores como energia ou finanças públicas.

Estamos trabalhando em ampla cooperação com setores organizados, como o produtivo, ouvindo atentamente lideranças legítimas que têm argumentos consistentes. No aprofundamento desses princípios, procuramos identificar além daquilo que já estava acumulado na legislatura anterior. Como estamos fazendo na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, estamos ouvindo esses setores para aprofundarmos esses princípios.

Outro princípio é o de menor grau possível de competição por recursos governamentais e sociais com todos os setores de atividade pública e privada.

Estamos negociando os papéis dos atores da Política Nacional de Resíduos. Em princípio, não deverá criar novos encargos para os Municípios. Sempre quando se pensa numa política, há essa preocupação. Mais encargos? Não. Deve-se buscar negociar os papéis, principalmente os dos Municípios, onde os resíduos ocorrem na sua essência, são produzidos e se manifestam.

Outro princípio: maior simplicidade possível, sob o ponto de vista de sua inserção na sistemática político-institucional, jurídico-administrativa e econômico-financeira vigente. A Política Nacional de Resíduos não deverá criar instrumentos invasivos que agridam e dificultem a sua convivência com outros instrumentos regulatórios vigentes. Nossa preocupação da não-existência de uma política é o fato de o País ficar à mercê de instrumentos regulatórios dos conselhos, de órgãos que possuem seu papel distinto, mas não o de legislar. Até porque, mesmo que a legislação possa ser mudada, é duradoura, e uma norma reguladora, uma resolução possui caráter temporário.

Outro princípio: maior simplicidade possível, sob o ponto de vista de sua operacionalização. A Política Nacional de Resíduos deverá ser auto-aplicável no que for possível, limitando-se a definir linhas gerais, legando aos agentes normativos e aos arranjos institucionais legítimos a competência de definir como fazer. A política nacional não pode entrar no detalhamento, que vem para a regulamentação no Estado e no Município. Portanto uma lei nacional não pode engessar Estados e Municípios. É preciso que sejam respeitados os princípios e os critérios gerais, para que os Estados e Municípios tenham mobilidade para seguir os princípios estabelecidos na legislação.

Uma Política Nacional de Resíduos deve dispor sobre normas gerais aplicáveis à questão dos resíduos sólidos, instituir uma política nacional de resíduos, definindo seus fundamentos e objetivos, estabelecer os instrumentos e diretrizes gerais, destinados ao planejamento da gestão, gerenciamento e parâmetros técnicos para o manejo de resíduos sólidos. Também como objetivo, definir e regulamentar a autoridade, responsabilidade e limites das atuações dos agentes desse processo.

Como diretriz geral, isso é um consenso da comissão, e não apenas a posição isolada do relator. Está em nosso plano de trabalho e é compartilhado com vários partidos e segmentos que a Política Nacional de Resíduos deverá ser desenvolvida em consonância com as políticas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos, saneamento básico, política urbana, educação, de ciência e tecnologia, política energética, política agrícola, política de saúde pública e as que promovam ação e inclusão social.

Algumas premissas da política nacional foram abordadas, e percebo que há sintonia. Registro a importância deste seminário legislativo promovido pela Assembléia Legislativa. Nos debates que realizamos, percebemos a importância desses 11 seminários e das 409 propostas.

Essa sistematização das propostas anunciadas pela Deputada Elisa representa um grande avanço, uma grande preocupação e um grande compromisso das lideranças do nosso Estado: os Deputados, os representantes da sociedade civil e a comissão de representação, cujos

membros tivemos a oportunidade de encontrar numa entrevista coletiva hoje. Agora, eles compõem a mesa. Realmente, esse trabalho promovido pela Assembléia Legislativa valoriza a proposta que estamos construindo e que, com certeza, trará grandes contribuições. Ressalto que ela vem ao encontro daquilo que pensamos que deva ser a lei nacional de resíduos.

Essas são as premissas da Política Nacional de Resíduos: minimização da geração de resíduos sólidos; universalização da coleta de lixo; universalização da coleta seletiva; maximização da reciclagem de resíduos sólidos; maximização do fomento e da expansão dos mercados para itens reciclados e produtos reciclados e das atividades econômicas conexas; minimização dos despejos públicos com a gestão de resíduos sólidos; maximização das oportunidades de emprego e inclusão social; minimização da incineração dos resíduos sólidos; minimização do uso de aterros sanitários - também na linha de raciocínio do Deputado Laudelino Augusto; maximização da difusão de informação e das ações de educação ambiental requeridas para a implementação dessa política - o aspecto da educação ambiental, de grande importância, volta a ser discutido. Às vezes, quando falamos em diminuição do uso de aterros sanitários em escala nacional, vemos alguns Municípios ou regiões muito avançadas e outras que nem sequer passaram pelo aterro controlado. Precisamos pensar em termos gerais e imaginar onde podemos avançar, levando em conta o melhor, em termos proporcionais, para o Brasil. Belo Horizonte, por exemplo, avançou, assim como outros Municípios e regiões do Estado e do País. Consideramos esses exemplos, porque queremos o melhor para todos. É por isso que existe a universalização e a descentralização.

Outras premissas: maximização dos efeitos positivos sobre outros interesses de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável em outros setores; minimização da geração e maximização do grau de tratamento e adequação da disposição final do lixo perigoso. Essas premissas reforçam os objetivos e os princípios da política nacional. Como se trata de pontos auto-explicáveis, porque essas premissas reduzem ou intensificam custos, procuramos respeitá-los quando fizemos a sistematização dos 115 projetos. Houve contribuição das audiências públicas e dos debates realizados.

No que se refere às ações da nossa atual Comissão, em setembro apresentamos um plano de trabalho, com previsão até o mês de junho, para votar o relatório. Promovemos audiências públicas na comissão e em outros lugares, Estados e regiões. Realizamos visitas técnicas a cooperativas, a empresas de reciclagem de papel e de pneu.

Conhecemos uma experiência muito interessante em João Pessoa, cidade do nosso Presidente Bejamin Maranhão, onde há o movimento Nordeste Rodando Limpo, com cooperativas de catadores, que estão coletando pneus e fornecendo-os à indústria de cimento. Da energia consumida por essa indústria, 9% são oriundos de pneus coletados em João Pessoa e região. Isso promoveu a dignidade das pessoas que se encontravam desorganizadas, sem incentivos. Os pneus estavam jogados nos mangues, córregos e esgotos.

Presenciamos uma experiência muito interessante nessas visitas técnicas, assim como a alta tecnologia em Piracicaba, onde a separação das embalagens de suco e de leite da Tetra Pak, do papel, do plástico e do alumínio envolve uma tecnologia nacional, de ponta, que é a de plasma, já patenteada. O nosso país está se destacando e contribuindo para o mundo com experiências de alto nível tecnológico. Tudo isso são subsídios importantes que valorizam este debate desde o aspecto social ao tecnológico.

Interlocução com órgãos de governo. No Ministério do Meio Ambiente, há uma proposta da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aliás, essa proposta está no "site" desse Ministério, o primeiro a ser chamado na retomada dos nossos trabalhos. Ele compareceu à Comissão e falou sobre ela. Convidamos outro grande Ministério, o das Cidades, que trata da política de saneamento e de resíduos e que também se preocupa com a qualidade de vida. Outro envolvido e que se relaciona com a maioria dos Municípios pequenos, cuja população é inferior a 30 mil habitantes, é o Ministério da Saúde. Na sua estrutura, há a Funasa, que trata do saneamento, da água, do esgoto e dos resíduos do lixo. Eles estão sendo estimulados com recursos para resolver as questões.

A Funasa compareceu, pois também tem um papel importante. Recentemente, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome também compareceu à Comissão na interlocução com os órgãos governamentais. Nesse Ministério, o relacionamento com o Movimento Nacional de Catadores é de maneira direta com o fórum "Lixo e Cidadania", num estímulo às cooperativas e à organização dos catadores. Portanto, temos procurado sempre buscar essa interlocução com os órgãos governamentais. Da mesma forma, com a sociedade civil.

Havíamos até falado sobre essa interlocução com associações setoriais das mais diversas representações nacionais. As gestões políticas com as lideranças e os parlamentares precisam ser realizadas. Com a imensidão de temas tratados no Congresso, as lideranças e os parlamentares - mesmo os que não estão na Comissão - precisam entender isso. A nossa Comissão é composta de 34 Deputados: 17 efetivos e 17 suplentes. Então, é uma grande Comissão para uma Câmara com 513 Deputados. Precisamos promover essa interlocução para que aqueles que não participam diretamente entendam a importância de concluirmos a tarefa de votar a lei nacional de resíduos. Portanto, é uma tarefa cotidiana de interlocução com os parlamentares.

Estudos técnicos. Há várias universidades e vários segmentos estudiosos dos resíduos. Buscamos levar as experiências para a Comissão, a fim de subsidiar a nossa formulação. Estamos muito alegres de participar desta reunião e à disposição. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos a presença do Engenheiro Jobson Nogueira de Andrade, do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, por sua participação no seminário e nesta Mesa. Sabemos do compromisso dele nesse debate em Minas Gerais.

O Sr. Jobson Nogueira de Andrade - Agradeço o convite. Estamos sempre dispostos ao trabalho. Terei que me ausentar, em função de alguns encontros regionais que tratam, exatamente, de assuntos ligados ao desenvolvimento econômico sustentável que o Crea tem realizado pelo interior do Estado. Amanhã será o encontro metropolitano, no plenário do Crea, a partir das 14 horas. Aproveite a oportunidade para convidar todos. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maeli Estrela Borges

Boa-tarde a todos. Como representante desta comissão, gostaria de dizer que as propostas que estão sendo trazidas aqui como subsídios à Política Nacional de Resíduos Sólidos estão agrupadas em dois blocos. O primeiro, que representarei, é mais voltado para as tecnologias; o segundo, que será apresentado pela Sônia Dias, versará sobre educação ambiental, inclusão social, economia e cultura.

Inicialmente, o seminário "Lixo e Cidadania" trouxe alguns temas de relevância para que pudéssemos formular propostas para essa política nacional.

- Procede-se à apresentação de slides.

Nos 11 seminários, foram discutidos os seguintes temas: "Lixo, Economia e Inclusão Social", "Políticas Públicas de Recursos Humanos para a Área de Limpeza Urbana", "Educação Ambiental e Cultura", "Saúde e Meio Ambiente", "Tecnologia e Destinação" e "Legislação, Recursos Financeiros e Mecanismos de Financiamento". Em cada tema desses, foram apresentadas as propostas, consolidadas por meios desses 11 seminários regionais. A fase final de aprovação das propostas aconteceu aqui no Plenário, num seminário final. Foram apresentadas e

aprovadas 409 propostas.

A continuidade do seminário ocorreu com a criação da comissão de representação, da qual sou membro. A partir das sugestões para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, houve a consolidação das propostas das comissões pela comissão de representação.

O projeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem como relator o Deputado Ivo José, traz, em seu bojo, seis capítulos. A forma de apresentação tem um objetivo mais didático. As sugestões serão apresentadas, e depois o próprio relator, com seus assessores, determinarão a inclusão ou não dessas propostas. Entre os seis capítulos, estamos sugerindo a inclusão do tema "Política de Recursos Humanos para a Área da Limpeza Urbana". (- Lê:)

"Capítulo I – Das Disposições Preliminares; Cap. II – Da Política Nacional de Resíduos Sólidos; Capítulo III - Do Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos; Capítulo IV – Dos Métodos de Tratamento e Destinação de Resíduos Sólidos; Capítulo V – Das Pessoas Jurídicas Exclusivamente Recicladoras; Capítulo VI - Da Política de Recursos Humanos para a Área de Limpeza Urbana", que trazemos como sugestão, e "Das Disposições Finais e Das Penalidades."

Durante todo esse estudo, o grupo fez algumas sugestões específicas em artigos que poderiam trazer alguma contribuição para aperfeiçoar o texto do projeto de lei. Trouxe também outras sugestões, por exemplo, para os planos de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde, que têm um bloco maior de propostas, e para a recuperação socioambiental de lixões.

O Capítulo III da Política Nacional de Resíduos Sólidos traz vários itens. Trata-se de uma parte mais normativa. Precisamos ter o cuidado de ter essas normatizações mais flexíveis para que o período de vigência da lei seja maior, sem estar comprometida com as normatizações aí contidas. Tivemos essa preocupação também nas propostas.

Quanto ao Capítulo IV - Dos Métodos de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos - está sendo proposta também a recuperação socioambiental dos lixões, já que, no Brasil, o maior número de Municípios ainda dispõem desse sistema de despejo.

Então, como sugestão de propostas aditivas, há um capítulo da política de recursos humanos para a limpeza urbana, uma seção da recuperação socioambiental dos lixões e uma subseção dos planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Quanto aos artigos em que incluímos alterações, o primeiro foi o art. 3º, pois a presença do Ministério do Trabalho e Emprego é fundamental. Em novembro do ano passado, entrou em vigor a NR 32, que dispõe sobre a segurança do trabalhador da limpeza urbana. É a medicina do trabalho de segurança do trabalhador da limpeza urbana. O Ministério do Trabalho e Emprego traz normas regulamentadoras relacionadas ao assunto.

Em relação às definições, o que está marcado em azul são propostas de alterações das próprias definições. No caso do resíduo sólido, propõe-se que a definição seja a mesma utilizada nas normas da ABNT, a NR 10.004, ou seja, resíduos sólidos são os resíduos no estado sólido, e semi-sólidos, os produzidos e descartados pelas atividades humanas resultantes das atividades industrial, doméstica hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição pública e de serviços complementares. Para complementar esse artigo, propusemos um parágrafo único: "Ficam incluídos na definição de resíduos sólidos os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e de efluentes, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o lançamento na rede pública de esgoto, ou corpos de água que exijam, para isso, soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível."

No caso do aterro sanitário, como é um projeto de engenharia, foi incluído apenas como princípios da engenharia e a compactação dos resíduos, no texto que já existia.

No caso da compostagem, condições controláveis dessa compostagem, com desenvolvimento em duas etapas distintas: uma de degradação ativa, outra de maturação.

Na valorização de resíduos, foi evidenciada uma coleta seletiva associada à reutilização, reciclagem, valorização e ao aproveitamento energético, já que um dos pontos fundamentais é a qualidade do ar, principalmente após a vigência do Protocolo de Kyoto.

Na incineração, foi trazida uma nova definição: a incineração seria o processo de combustão controlada na presença do oxigênio que aplica oxidação térmica, em alta temperatura, para converter um resíduo orgânico, ou orgânico e inorgânico, em um material inorgânico inerte de maior densidade.

E foram trazidas também algumas outras definições, como a de tratamento: tratamento é o conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas ou biológicas dos resíduos sólidos, podendo promover sua descaracterização, e que tem como objetivos a redução de massa, de volume, de periculosidade, de potencial poluidor, de eliminação de substâncias, de minimização de riscos à saúde pública, ao meio ambiente, à segurança e à saúde do trabalhador ou o aproveitamento econômico dos resíduos.

O termo "destino final" é usado em todo o projeto de lei, e consideramos interessante trazer aqui uma definição para esse conceito: são as várias formas de dar destino aos resíduos sólidos, por meio de reciclagem, tratamentos e disposição final. Periculosidade é a característica apresentada pelo resíduo que, em razão de suas propriedades físicas, químicas, biológicas e infecto-contagiosas, pode apresentar risco ao meio ambiente e à saúde pública. Os rejeitos são resíduos sólidos que não apresentam aproveitamento econômico por nenhum processo tecnológico disponível e acessível.

No próprio texto, ainda houve a preocupação de se incluir sempre a segurança e a saúde ocupacional, além da parte de recursos humanos nos artigos que envolvem a política de resíduos sólidos.

No caso, busca-se a universalização, a regularidade e a qualidade do atendimento nos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos e nos serviços públicos de limpeza urbana e a adoção de métodos, técnicas e processos economicamente viáveis para a limpeza urbana e a rural.

Acrescentamos também: a capacitação em medicina e segurança do trabalho, envolvendo o desenvolvimento, a apropriação, a adaptação, o aperfeiçoamento e o uso efetivo de tecnologias adequadas desenvolvidas por universidades, Cefets, escolas técnicas e afins ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos, visando à redução dos preços para as municipalidades; a divulgação obrigatória de informações de interesse à proteção do meio ambiente e à saúde pública, relativas aos produtos nacionais e importados comercializados e aos serviços prestados, especialmente declaração de composição, de periculosidade e de riscos, bem como análise do ciclo de vida, rotulagem e certificação; o incentivo à valorização dos resíduos sólidos, por meio da reciclagem, reaproveitamento de seus componentes, recuperação energética e adoção do crédito de carbono - esse é um assunto novo para nós, mas isso já começou a acontecer em alguns grandes aterros, principalmente em São

Paulo, na Bahia e no Rio de Janeiro -; e o incentivo à cooperação técnica, científica e financeira, nas diversas esferas do poder público, visando minimizar impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos.

No caso do fomento, consideramo-lo também para o tratamento, e não apenas para a reutilização, a reciclagem e a redução.

O art. 13 não fala apenas da nocividade dos resíduos, mas também sobre a redução da quantidade e o controle da nocividade, da periculosidade e de riscos que são evidentes em vários tipos de resíduos. Temos uma classificação que só fala dos resíduos perigosos.

A disposição final deve ocorrer de forma orientada por projetos de engenharia e realizada de maneira a assegurar a proteção ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança e à saúde do trabalhador - em vários momentos, foram incluídas a segurança e a saúde do trabalhador -; e impedir e proibir a drenagem de líquidos originados dos resíduos sólidos para os corpos d'água superficiais ou a infiltração em recursos hídricos subterrâneos sem o devido tratamento.

Em uma seção do capítulo sobre os resíduos sólidos, propusemos modificar o nome para "Dos Serviços de Limpeza Urbana", já que o texto abrange, em todos os artigos a limpeza urbana. Logo, propusemos o título "Dos serviços de Limpeza Urbana". São preciosismos.

"Dos Resíduos Industriais e de Mineração": as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego devem ser incluídas, art. 70, art. 76.

"Dos Resíduos de Serviços de Saúde": gostaria de abrir um parêntese para dizer que, quando vamos fazer um projeto, uma política nacional, como bem disse o Deputado Ivo José, ela deve ser flexível, ampla. Por isso a nossa preocupação em não ter um engessamento dessa política. No caso dos resíduos de saúde, a classificação que existia no art. 79 era anterior às Resoluções do Conama, 385, de 2005, e da Anvisa, 306, de 2004.

Nessas definições existem cinco grupos, ao invés dos quatro. Não se considera resíduo radioativo, mas sim rejeito. De acordo com essas resoluções, colocamos uma nova classificação com a caracterização dos Grupos A, B, C, D, E, que foi introduzido, o de perfurocortantes. E há mais um parágrafo que julgo necessário: "Parágrafo único - As autoridades ambientais e de saúde competentes poderão definir, em norma regulamentadora, outras classificações considerando o aspecto risco-potencial.". Por que isso? Sobre limpeza urbana, nunca estamos com a última palavra; sempre há inovação tecnológica, alguma coisa em processo de evolução. É bom que não fixemos que aquela será a última definição, pois outras poderão vir. Assim, teríamos a legislação flexível, sem ter um engessamento, pois poderíamos definir de uma forma e, depois, haveria contradição com outros dispositivos federais.

O art. 80 dispõe sobre a higienização de contenedores, que também precisa de área de operação. É necessária uma área para higienização dos próprios recipientes.

O § 2º do art. 81 dispõe: "Os resíduos de saúde classificados no Grupo A do art. 79, devidamente acondicionados, deverão ser armazenados temporariamente em câmaras frigoríficas ou em gabinetes refrigeradores, mantidos em temperaturas nominais abaixo de 0 grau Celsius, até que se efetue o seu transporte para o destino final adequado.". Ficou entendido que são todos, e, na verdade, são alguns em casos excepcionais. Colocamos um adendo nos casos previstos na legislação vigente.

No art. 82, possivelmente há algum erro de digitação, pois estava escrito: "O tratamento de resíduos de serviços de saúde classificados nos Grupos A, B e C...". E nós incluímos o grupo E. O C, é rejeito radioativo, cujo tratamento e normatizações estão a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear. E essa Lei de Política Nacional não contempla esse tipo de normatização. Por isso, incluímos o Grupo E, o perfurocortante, que não estava na classificação anterior.

Propusemos também acrescentar as propostas que foram sistematizadas pela Comissão do seminário.

Um dos artigos diz que: "O Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão definir políticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, atendendo aos seguintes princípios: proteção à biota; à saúde ocupacional, à saúde pública, humana e animal da atual e das futuras gerações; sustentabilidade e controle de geração de resíduos; responsabilidade do gerador e do poluidor-pagador; gerenciamento com base nos regulamentos sanitários e ambientais; direito à informação sobre risco e potencial de impacto; cooperação entre o poder público, prestadores de serviços e sociedade civil." Colocamos artigo, apenas para finalidade didática. (Lê:)

"Nas políticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde devem estar incluídos os seguintes objetivos: redução da quantidade e do risco dos resíduos; proteção da saúde pública, humana e animal; preservação da salubridade do meio ambiente urbano e rural; prevenção da ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente; prevenção de riscos e acidentes ocupacionais nos ambientes de trabalho; disciplinamento do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde."

Devem ser utilizados como instrumento de definição das políticas estadual e municipais de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS -; a disseminação de informações para orientar a elaboração e implantação do PGRSS; a capacitação e treinamento de recursos humanos; o sistema de controle e monitoramento; a fiscalização e aplicação de sanções penais e administrativas; a garantia de recursos financeiros para a capacitação e treinamento operacional de pessoal.

Os geradores de resíduos de serviços de saúde devem escolher métodos, técnicas, processos e tecnologias de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde com vistas a reduzir a geração e gerenciar corretamente os resíduos.

Os geradores de resíduos de serviços de saúde com risco de contaminação, definido pela legislação vigente, devem monitorar o tratamento dos resíduos, antes de sua disposição, para fins de acompanhamento pelo órgão competente.

Os resíduos de serviços de saúde, de origem pública ou privada, devem ser gerenciados em conformidade com as regulamentações sanitárias, ambientais e de segurança e saúde ocupacional federal, estadual e municipais, respeitando as especificidades de cada Município ou região e estendendo essas exigências para os resíduos de aeroportos, fronteiras e portos - secos e fluviais.

Os órgãos competentes devem garantir a divulgação, orientação e fiscalização das normas sanitárias, ambientais e de segurança e saúde ocupacional sobre resíduos de serviços de saúde e criar mecanismos para divulgar e implementar as regulamentações federal e estaduais.

Deve ser incentivada a criação, pelos geradores de resíduos de serviços de saúde, de Comissão Interna de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, composta por representantes capacitados de todos os setores de geração de resíduos; e de uma Comissão Externa para contemplar a fase extra-estabelecimento de saúde. Os órgãos competentes devem incentivar a criação de comissões permanentes de apoio ao

gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, em nível estadual e municipal, com participação de representantes de órgãos de meio ambiente; de saúde; de saneamento; de pesquisa, ensino e extensão; de associações de classe; de conselhos profissionais, de ONGs; e do Poder Legislativo.

Os geradores de resíduos de serviços de saúde e os prestadores de serviços devem promover a valorização dos profissionais de saúde e saneamento, por meio de qualificação permanente e da melhoria das condições de trabalho dos que atuam, direta ou indiretamente, com resíduos de serviços de saúde, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Os órgãos competentes devem definir uma política de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde, estabelecendo o controle público sobre esse serviço.

Os órgãos competentes devem criar incentivos à redução do valor da taxa de limpeza municipal para os estabelecimentos de serviços de saúde que tiverem seus planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde implantados e que tenham seus resíduos coletados e destinados por empresa licenciada.

Os órgãos competentes devem obrigatoriamente licenciar todas as categorias/tipos de incinerador, qualquer que seja sua capacidade, tendo em vista a necessidade de controlar a emissão de poluentes na atmosfera.

Cabe aos órgãos competentes a criação de legislação concorrente, de caráter supletivo e complementar, sobre assuntos de interesse metropolitano ou intermunicipal relativos a resíduos de serviços de saúde e à instituição de mecanismos para fazer cumprir a legislação, sem prejuízo dos direitos constitucionais dos municípios.

Há alguns artigos sobre o Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde.

A concepção do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS - deve abranger, no mínimo: as etapas de gerenciamento intra e extra-estabelecimento gerador de resíduos; a avaliação de riscos e impactos e a proposta de plano de contingência e emergência; a criação de mecanismos de monitoramento e controle; os recursos humanos envolvendo capacitação e treinamento operacional, a segurança e saúde ocupacional e as imunizações.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde deve ser elaborado e implantado de acordo com a legislação, os regulamentos e normas técnicas vigentes e com a garantia de fiscalização de sua execução.

No gerenciamento dos rejeitos radioativos, devem ser cumpridas as normas e regulamentos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Os geradores de resíduos de serviços de saúde devem manter a garantia, na segregação dos resíduos na origem, de quantificação e qualificação, incluindo a avaliação de risco para fins de gerenciamento por grupo classificado.

As empresas produtoras de produtos químicos devem cumprir a exigência do preenchimento e da disponibilização da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ.

As empresas produtoras de material considerado perigoso devem cumprir a exigência de divulgação de informações relativas a composição química, reatividade, procedimentos de proteção à saúde ocupacional, normas de biossegurança, acondicionamento e destinação final adequada dos resíduos.

Devem ser criados incentivos, para que o poder público municipal assumira a prestação dos serviços de coleta e transporte licenciados de resíduos de serviços de saúde, com pagamento de preço público ou tarifa por parte do gerador de resíduos, ou repasse tais serviços a empresas licenciadas.

Nos casos de interações interdisciplinares ou transdisciplinares, interpessoais ou inter-institucionais que envolvam procedimentos sobre seres vivos ou materiais, havendo transferência deles, ainda que em caráter de transitoriedade, os geradores dos resíduos devem garantir o retorno dos objetos daquelas interações para seus pontos de origem, somente depois de cumpridas as normas cabíveis e mediante documento de liberação das Comissões Internas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde dos últimos agentes, nele constando, se for o caso, as recomendações competentes, de maneira clara, como adendos.

Com vistas ao seu manejo, destinação, tratamento disposição final como resíduos de serviços de saúde, serão como tal considerados os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte."

Há outras questões, como recuperação socioambiental de lixões, a respeito do qual não irei discorrer porque já está no texto. (- Lê:)

"Política de recursos humanos para a área de limpeza urbana. Para os fins do que dispõe esta lei, os Municípios deverão estruturar órgãos com autonomia administrativa e financeira, devidamente fiscalizados pelos órgãos públicos competentes, para responsabilização, planejamento, gerenciamento e execução de limpeza, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbano e rural, de nível e tamanho condizentes com o porte do Município. Até que se estruture currículo específico para gestores e técnicos de limpeza, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, a formação de pessoal poderá constar no currículo escolar de diversas áreas do conhecimento técnico-científico oficialmente ministrado no País - engenharias, biologia, agronomia, geologia, física, química, sociologia, psicologia, turismo, etc.

O currículo específico para os profissionais de níveis médio e superior para a área de limpeza, tratamento e destinação final do lixo deve abranger as áreas do conhecimento humano relacionadas com essas atividades e incluir noções de administração geral voltadas para o tema.

A implantação de planos de carreira para os servidores e empregados públicos da limpeza pública garantirá um mínimo de 50% dos cargos comissionados aos servidores de carreira, observadas as qualificações técnicas exigidas para o cargo.

O preenchimento dos cargos de direção da entidade previdenciária ou órgão similar se dará por servidores municipais de carreira ativos e aposentados contribuintes da entidade. Provimento de dois terços dos cargos de direção da entidade previdenciária por servidor efetivo.

Os Estados e Municípios criarão fundos previdenciários para gerir os sistemas de previdência dos servidores e dos agentes públicos, tanto da administração direta quanto da indireta, e fundos de complementação à aposentadoria nos casos em que o sistema seja do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, Regime Geral de Previdência Social, observadas as peculiaridades regionais e municipais, considerando que o

beneficiário tenha no mínimo 10 anos de contribuição no exercício do cargo para alcançar o direito ao benefício.

A União promoverá junto aos Estados ações para pesquisa voltada para as atividades de limpeza pública, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

O Estado prestará, por meio de seus órgãos de planejamento, pesquisa, desenvolvimento e fiscalização, assistência técnica e serviços de extensão municipal na atividade de limpeza urbana e rural. Os órgãos competentes responsáveis pela execução da política de recursos humanos para a área de limpeza urbana promoverão a melhoria das condições de educação e de higiene, segurança, salubridade e bem-estar físico e mental dos servidores públicos, dos empregados públicos, dos trabalhadores autônomos - catadores - e de associações conveniadas, extensiva às entidades conveniadas, no exercício das funções da limpeza urbana e rural, garantindo-lhes assistência médica, e psicológica, assistência social e segurança no trabalho.

Ficam garantidas nas leis orçamentárias do Estado e dos Municípios, Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, Plano de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO -, disposições e rubricas que possibilitem a perenidade de políticas de recursos humanos e seu gerenciamento para a atividade de limpeza ou saneamento.

Os Estados e Municípios garantirão meios para a reciclagem técnica dos servidores da atividade de limpeza pública e dos catadores, abrangendo aspectos éticos, psicossociais e ecológicos de suas atividades.

O poder público estimulará a presença de profissionais especialistas em gestão pública de resíduos sólidos na composição de equipes de avaliação de impactos ambientais e de viabilidade de implantação de projetos industriais e outros que produzam repercussões sobre a atividade de limpeza urbana e rural; a atuação de organização sindical ou associativa de servidores e agentes públicos envolvidos na atividade de limpeza pública, por meio de representantes, para participar de conselhos que cuidam de questões ambientais; a inclusão, pelo Congresso Nacional, pelas Assembléias Legislativas e pelas Câmaras Municipais, do tema "Gestão de Resíduos Sólidos" em comissões temáticas permanentes próprias para a abordagem legislativa do assunto.

As ações para a implantação da política de recursos humanos para a área de limpeza urbana contarão com a elaboração de regulamentos e normas internas, orientadoras e reguladoras das atividades dos servidores e profissionais da limpeza pública, com base nos preceitos emanados da Agenda 21 e dos documentos relativos ao princípio da sustentabilidade."

Há outras pequenas observações em arquivos, que já estão no texto. Quero apenas dizer que, no Brasil, há muitas tecnologias disponíveis, mas ainda é necessário apoio político para a elaboração de uma legislação flexível capaz de vigorar por longo tempo, enfatizando a educação ambiental e a mobilização social, para mudar condutas e comportamentos com relação aos resíduos sólidos.

Faz-se necessária uma política voltada para a recuperação socioambiental dos lixões; para a responsabilização do gerador, que somos todos nós; para a disponibilização de mecanismos financeiros para o setor; e uma política exclusiva de recursos humanos para a área da limpeza urbana.

Com isso, teremos a possibilidade de avançar na questão da limpeza urbana no País. Obrigada. Agradeço especialmente à Comissão de Representação a indicação para apresentar as propostas em seu nome.

Palavras da Sra. Sônia Maria Dias

Boa tarde a todos. Agradeço à Assembléia o convite para apresentar nossas contribuições referentes à inclusão social e também ao Fórum Estadual por me confiar a representação.

Quero apenas fazer uma rápida introdução antes de apresentar as sugestões que inserimos no texto do projeto de lei. Sabemos que, no Brasil, falta uma legislação de caráter mais abrangente que regulamente as questões mais conexas ao saneamento ambiental de maneira geral e à gestão de resíduos sólidos.

Nas esferas municipais também, o arcabouço legal de suporte aos serviços de limpeza urbana sempre foi extremamente precário ou quase inexistente. De uma maneira geral, os dispositivos legais existentes circunscrevem-se a alguns poucos artigos dos códigos municipais de postura, instrumentos geralmente ultrapassados. Quase sempre, esses códigos reafirmam preceitos mais higienistas, de caráter geral a respeito do tema, ao invés de estabelecerem critérios claros, com direitos e deveres de ambas as partes, poder público e municipais, relativos à prestação dos serviços de limpeza urbana.

O referencial jurídico em escala municipal é geralmente ainda mais incipiente quando se trata de regulamentar a participação de catadores de recicláveis e de outros grupos em vulnerabilidade social que atuam na área de resíduos sólidos e ganham a sua sobrevivência nessa área. Como exemplo, os carroceiros, na construção civil, são um segmento bastante significativo em Belo Horizonte.

Alguns Municípios já apresentam avanços sob o ponto de vista da legislação, mas, via de regra, as menções à coleta seletiva nas leis orgânicas limitam-se a repetir alguns preceitos de ordem geral, referentes à questão do manejo diferenciado de resíduos recicláveis, que já estão expressos na Constituição Federal de 1988, mas sem a necessária regulamentação capaz de assegurar a eficácia.

Por outro lado, temos uma tradição na área de resíduos sólidos, que tradicionalmente foi do domínio mais de engenheiros e de administradores. Sem nenhuma crítica a eles, mas o olhar do engenheiro e do administrador é mais voltado aos aspectos tecnológicos, por questão de formação. Então, temos esse cenário, que, sob o ponto de vista da inclusão social - e esta é a sardinha que eu gosto de puxar -, sempre nos deixou bastante fragilizados.

No Fórum Estadual Lixo e Cidadania, estamos avaliando alguns avanços no País. Nas discussões no fórum e no âmbito do ciclo de debates da Assembléia, ficou claro que o projeto de lei representa um avanço histórico em termos do reconhecimento do direito ao trabalho dos catadores de recicláveis, na medida em que oferece elementos legais que podem dar anteparo a legislações estaduais e municipais específicas, na incorporação dos trabalhadores do setor informal dos resíduos sólidos. Mas ficamos pensando: como esse projeto de lei consegue representar um avanço histórico em termos de associar o lixo à cidadania?

Gostaria de lembrar que essa lei é um pouco o reflexo de todo um movimento e um pouco a convergência de todo o processo organizativo de catadores, de organizações da sociedade, com todo um processo de redemocratização de nosso país, com a ampliação de novos arranjos participativos na gestão pública. Seria bom contextualizarmos sobre como podemos associar lixo à cidadania.

O nosso grupo procurou apresentar algumas sugestões ao projeto, na linha do aperfeiçoamento, porque, como disse, consideramo-lo um avanço histórico e podemos contribuir aperfeiçoando-o um pouco mais.

Em relação à inclusão social, as sugestões que propomos têm, basicamente, cinco eixos. O primeiro, que chamamos de ampliação da cidadania, estende a possibilidade de geração de trabalho e renda - direito de cidadania social - aos carroceiros, que não foram abrangidos no projeto. Algumas sugestões abrangem o segmento dos catadores, mas não citam os carroceiros. Portanto há outros segmentos de vulnerabilidade social que precisam ser abrangidos.

Outro eixo que norteou as nossas sugestões foi o avanço nos arranjos participativos, a fim de se reconhecerem os fóruns relativos ao lixo e à cidadania e os Codemas, para o aperfeiçoamento dos nossos mecanismos de controle social, no âmbito da lei.

Outro eixo foi o refinamento conceitual. Assim como a Maeli apresentou algumas sugestões sobre conceitos, definições, também apresentamos algumas contribuições.

O quarto eixo foi no sentido de propor algumas sugestões que integrassem mais a dimensão ambiental social.

O quinto eixo constituiu explicitar mais a importância da viabilização de infra-estrutura de suporte aos empreendimentos sociais em relação à capacitação do setor informal que trabalha com os resíduos sólidos.

Apresento os eixos apenas para verem as sugestões apresentadas. No Eixo 1, que diz respeito à ampliação da cidadania, o art. 14 estabelece: "Os planos regionais, municipais ou distrital de gerenciamento integrado de resíduos urbanos, os planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos especiais e os planos de gerenciamento integrado de resíduos perigosos serão submetidos às disposições constantes da presente lei e à análise das autoridades ambientais competentes". A esse artigo propõe-se acrescentar o seguinte inciso: "O plano de inclusão social dos catadores e carroceiros de entulho que sobrevivem dessas atividades". Dessa forma, serão incluídos os carroceiros de entulho da construção civil.

Não falarei sobre a modificação apresentada na pág. 22, para sobrar tempo, pois temos a apresentação da educação ambiental.

Tomando como eixo o fortalecimento dos arranjos participativos na gestão dos resíduos sólidos, o art. 9º determina: "Responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade, assegurando a participação da população no controle e acompanhamento da prestação dos serviços de limpeza urbana e no gerenciamento dos resíduos sólidos, nos termos da legislação pertinente". O nosso texto proposto é: "Responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade, assegurando a participação da população no controle e acompanhamento da prestação dos serviços de limpeza urbana e no gerenciamento dos resíduos sólidos, nos termos da legislação pertinente, por meio de instâncias participativas, como os fóruns de lixo e cidadania ou os Codemas".

Não apresentarei outras modificações desse eixo, que constam das págs. 7 e 9.

Sob o ponto de vista do refinamento conceitual, propomos as definições.

No art. 4º, temos uma definição para catadores de materiais recicláveis: "São trabalhadores que realizam atividades de coleta, transporte, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis dispostos nas ruas ou lixões, gerando renda necessária à sua sobrevivência e de seus familiares.

Agora, temos uma definição para carroceiros de entulho: "São trabalhadores que realizam o transporte de resíduos da construção civil".

Fóruns Lixo e Cidadania: "Criados sob diretrizes do Programa Nacional Lixo e Cidadania, são espaços participativos de discussão, elaboração e monitoramento de políticas públicas de resíduos sólidos e inclusão social dos catadores".

No Eixo 4, tentando fazer propostas que integrem a dimensão ambiental à social, propomos, no art. 9, que se acrescentem os dois incisos transcritos a seguir: "O comprometimento com a erradicação do trabalho de catação nos lixões, devendo os Municípios e Distritos criar alternativas de geração de trabalho e renda para esse segmento, preferencialmente por meio de programas de coleta seletiva municipais; o reconhecimento à prestação de serviços dos catadores de materiais recicláveis à limpeza urbana, e a inclusão social desses trabalhadores".

No art. 36, temos outra contribuição. O texto do projeto diz: "Os Municípios que se dispuserem a receber resíduos sólidos e a dar disposição ambientalmente adequada aos rejeitos provenientes das soluções consorciadas...". Como proposta, apresentamos o texto: "Os Municípios que se dispuserem a receber resíduos sólidos e a dar disposição ambientalmente adequada aos rejeitos provenientes das soluções consorciadas, considerando os aspectos sociais envolvidos nesse processo".

Ainda nesse eixo, na pág. 22 do documento, propomos que se acrescente o seguinte parágrafo ao art. 109: "Será incentivada a doação dos materiais recicláveis às cooperativas e às associações de catadores de materiais recicláveis".

No último eixo, buscando explicitar a necessidade de se viabilizar a infra-estrutura de suporte às atividades, no que se refere à capacitação do setor informal de resíduos sólidos, propomos que se acrescente, no art. 11, após a alínea "e", mudando-se a seqüência das outras, a seguinte alínea: "f) A organização, capacitação e infra-estrutura dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis e outros trabalhadores informais, tais como os carroceiros de entulho da construção civil".

Nesse eixo, na pág. 8, o texto do projeto diz: "O estímulo à implantação de unidades de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, observando-se a política de integração federativa". Eis o texto que propomos: "O estímulo à implantação de unidades de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, observando-se a política de integração federativa e a promoção da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis envolvidos nessas atividades". Ademais, propomos que se acrescente ainda: "A implantação de indústrias de reciclagem por meio de redes de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis e carroceiros de entulho".

Ainda nesse eixo, na pág. 9, no art. 12, propomos acrescentar os dois incisos: "O fomento ao desenvolvimento de pesquisas de tecnologias voltadas para a melhoria das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis no processo de coleta, transporte, triagem e beneficiamento dos materiais; a constituição de Fóruns Lixo e Cidadania outras instâncias participativas de controle e monitoramento da implantação das ações relacionadas aos resíduos sólidos e à inclusão social dos catadores".

Também nesse eixo, na pág. 14, no art. 45, propõe-se acrescentar, após o inciso II, o inciso III, que prevê: "O apoio financeiro à organização, capacitação e infra-estrutura dos empreendimentos de catadores que sobrevivem das atividades de coleta, transporte, triagem e

beneficiamento de resíduos recicláveis, especialmente no processo de erradicação dos lixões".

Agradeço-lhes. Creio que, somente com a nossa mobilização em complementariedade com a Assembléia Legislativa e os relatores que levam esse projeto à frente, poderemos conseguir algum avanço. O Brasil está cheio de leis ambientais. O importante é fazer com que saiam do papel e assegurar a sua implementação efetiva. A verdadeira cidadania é para todos e precisa acontecer em um ambiente não somente ambientalmente correto. Deve incorporar também princípios de equidade social. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Frederico Pecorelli

Boa tarde a todos, minhas cordiais saudações. Exma. Sra. Deputada Elisa Costa e Exmo. Sr. Deputado Laudelino Augusto, cumprimento a todos da Mesa. Chamo atenção que hoje, dia 27 de abril, estamos comemorando sete anos da Lei nº 9.795, de 27/4/99, que instituiu a política nacional de educação ambiental.

Esse seminário legislativo "O lixo e cidadania e políticas públicas para uma sociedade sustentável" teve como contexto a sociedade sustentável. Para se chegar à sociedade sustentável, necessitamos de educação ambiental. Estou aqui representando o coletivo e gostaria de agradecer a Maria Tereza Bernardes, a nossa colega Ana Beatriz, da Verde Água, a Marisa Maia e tantos outros que se reuniram com o coletivo maior do Estado de Minas Gerais para refletir sobre a educação ambiental na gestão de resíduos sólidos.

Quanto ao relatório, Sr. Deputado Federal Ivo José, ele está muito bom. E com os acréscimos da Assembléia ele há de ser aprovado ainda este ano. Teremos uma lei de uma política nacional de resíduos sólidos.

Gostaria de chamar atenção principalmente para os itens referentes à área de educação ambiental. Por entendermos que uma sociedade sustentável não acontece sem processos, ações, programas ou atitudes de educação ambiental, ressaltamos a importância da educação ambiental como instrumento da política nacional de resíduos sólidos.

O projeto, da maneira como se apresentava, entendia a política ambiental somente como educação. Uma educação que não seja uma educação ambiental não é uma educação total. Isso temos referência em Paulo Freire e na pedagogia de Waldorf, que foi recebida no coletivo como moção. Vocês encontram isso na página 11.

É importante que o coletivo desse ciclo de debates tenha a educação ambiental como um dos eixos de atuação. Qualquer programa integrado à gestão de resíduos sólidos acontece para uma comunidade identificada como seres humanos com suas individualidades e singularidades. Cada um desses seres humanos precisa de informações para a procura de soluções. Isso é o que busca a educação ambiental.

Na página 14, vemos a importância de se acrescentarem no art. 29, inciso VII, projetos de educação ambiental para gestão integrada de resíduos sólidos. Os fundos socioambientais irão integrar a educação ambiental em suas carteiras. Isso traz uma operacionalização nas instituições.

A descentralização de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para os fundos socioambientais municipais hoje no Brasil, por meio da política pública do governo federal do Ministério do Meio Ambiente, só ocorre se os fundos socioambientais municipais oferecerem carteiras para financiamentos de projetos, programas e ações de educação ambiental.

Na página 15, encontramos no inciso V o apoio à implementação de iniciativas de educação ambiental formal, informal e não formal, principalmente para o segmento da educação de jovens, adultos e de portadores de necessidades especiais no âmbito rural e urbano.

Educação ambiental é para todos. A adversidade e a pluralidade devem ser aceitas. É uma condição para a sobrevivência humana. Na pág. 16, constatamos a importância do sistema de coleta, voltado para as organizações de catadores, com respectivas ações, programas e atividade de educação ambiental, sanitária e de mobilização.

A Sra. Maeli reforçou a educação ambiental e sanitária, que não é uma redundância em um mundo em que os conceitos transformam a vida, geram o mundo. Estamos numa Casa legislativa, que produz uma legislação e um dever ser, uma nova realidade.

Agradeço aos Srs. Deputados, que, sensibilizados pelo coletivo do Estado de Minas Gerais, aceitaram o Fórum Técnico de Educação Ambiental, que está na agenda da Assembléia Legislativa, na página da "home page". Nós, do Gepede, Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Educacional e Ação Socioambiental, representados pela Maria Angélica Campos, Coordenadora-Geral, agradecemos a todos essa possibilidade.

Esse fórum técnico nasceu em 1999, no seminário legislativo "Águas de Minas", em sua proposta 67. Posteriormente, no fórum técnico "Cerrado", no seminário "Saneamento" e hoje no seminário legislativo "Lixo e Cidadania", que reuniu 98 propostas na área de educação ambiental. Portanto, a educação ambiental é urgente, aparece em todos os eventos da Assembléia Legislativa.

Agradeço ainda aos anônimos e aos que aparecem: João Pedro, Francisco, Mônica, Juscelino, todos que possibilitam que a sociedade seja acolhida. Educação ambiental é acolhimento, e o primeiro acolhimento é pelo olhar, aceitando o outro, conseguindo dizer bom dia, boa tarde, boa noite, iniciando um diálogo e entendendo que toda a adversidade e pluralidade tem o seu lugar. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Daremos início à fase de debates. Informamos ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos participantes que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

A Presidência informa que a ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições, será publicada no jornal "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo", na edição do dia 6/5/2006. Esclarecemos que não será possível fornecer cópias, razão pela qual haverá reprise do evento pela TV Assembléia no dia 13 de maio, sábado, às 8 horas. Aguardamos a manifestação e as questões.

Debates

A Sra. Presidente - Os Coordenadores do seminário "Lixo e Cidadania" estão previamente inscritos. Antes de se manifestarem, passaremos a palavra ao Sr. Flávio Mayrink, representante do Presidente da Feam, Sr. Ilmar Bastos Santos.

O Sr. Flávio Mayrink - Boa tarde a todos. Gostaria de justificar a ausência do Dr. Ilmar, que participa de uma palestra no Combio. Houve atraso na programação do evento, e sua agenda ficou comprometida.

A Feam vem trabalhando muito nessa questão, e Minas tem avançado de maneira significativa. O ano de 2005 foi muito pródigo no avanço de todas as extensões sanitárias. Ficamos satisfeitos por um lado e apreensivos por outro, porque o passivo é muito grande. É preciso que haja uma lei bem ajustada. Em julho do ano passado, o Copam criou um grupo de trabalho exatamente para propor uma legislação. A Dra. Rosângela Gurgel, representante da Feam nesse grupo, está aqui. Não sei se há espaço para ela falar, mas seria importante que manifestasse brevemente o pensamento desse grupo. Contamos ainda com a presença do Dr. Breno Machado, que tem todas as informações sobre o avanço desse segmento em 2005. Ele também se coloca à disposição. Não falarei muito. Obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Flávio Mayrink. Vários questionamentos já chegaram à Mesa. Com a palavra, o Coordenador de um dos grupos, Sr. Néelson Antônio Prata, da Associação de Defesa do Cidadão, Usuário, Consumidor e Contribuinte do Estado de Minas Gerais, que disporá de até 3 minutos.

O Sr. Néelson Antônio Prata - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Federal Ivo José, que tive o prazer de conhecer aqui, na Assembléia. Ele teve uma participação brilhante como Deputado Estadual. Cumprimento ainda o Deputado do Maranhão, principalmente pela sensibilidade que teve ao participar da discussão dessa importante lei referente ao Plano Nacional de Resíduos, que significará um grande avanço no tratamento do assunto limpeza urbana. Até pouco tempo, esse tema era considerado um luxo. De fato, essa discussão representará muito, inclusive para a nova visão de mundo sobre a questão ambiental, com os créditos de carbono. Sabemos que uma das maneiras de democratizar o acesso ao crédito de carbono é exatamente a limpeza, o condicionamento e o tratamento dos resíduos sólidos. Todo Município tem lixo, tem geração de resíduo. Portanto, essa é uma maneira importante de democratizar o acesso a esses recursos.

O cenário de fundo que inspirou a apresentação do tema "Recursos Humanos", no seminário "Lixo e Cidadania", é a delicada questão da participação do setor público nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal - e na gestão do problema dos resíduos. Além disso, a garantia de participação do setor educacional, em especial a da academia na estruturação da gestão pública na área de limpeza, mesmo porque esse plano nacional representará um setor novo e estruturado em nível nacional, que certamente implicará necessidade de pesquisa e aperfeiçoamento de técnicas e de formação de pessoas para a gestão. É impossível falar de estruturação de setor público sem a formação de recursos humanos, pois sem quadros não haverá órgãos públicos estruturados para a gestão da problemática do lixo - problema de interesse público e dever do Estado. Portanto, não se pode prescindir da participação do Estado.

Sem definição de uma adequada política de recursos humanos, fica impossível a participação da academia no processo de formação de pessoas, de conhecimento e de pesquisa para uma área carente, como a dos resíduos sólidos.

Isso nos motivou a aproveitar essa oportunidade rara de participar desse grupo de trabalho e dessa experiência maravilhosa no interior do Estado, onde constatamos que definitivamente a questão da limpeza urbana, da gestão e do tratamento dos resíduos sólidos está indelevelmente inserida na pauta das prioridades municipais. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Néelson, obrigada. O Sr. Santelmo Xavier Filho, professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, já está inscrito previamente na Mesa e deseja manifestar-se.

O Sr. Santelmo Xavier Filho - Deputada Elisa Costa, Presidente desta Mesa; Deputados Estaduais André Quintão e Laudelino Augusto; Deputado Federal Ivo José; demais membros componentes da Mesa; autoridades nominadas e presentes; membros da imprensa e da Casa, da GPI e da Consultoria, que nos ajudaram muito e que foram lembrados pelo Frederico Pecorelli; senhoras e senhores, as nossas palavras são mais de agradecimento pela oportunidade de participar desta reunião com os senhores e uma equipe de especialistas, entre os quais destaco o nome da Jane; da Teresinha, da Emater; e do Breno, da Feam, que compuseram a CTI nº 5 e, na época, permitiram-nos sair de Belo Horizonte por meio de um trabalho realizado na Escola do Legislativo, com aproximadamente 70 proposições. Realizamos 11 reuniões de interiorização e retornamos com uma ampla contribuição das regiões mineiras por onde passamos, totalizando 196, nesta plenária, entre os dias 21 a 23 de novembro. Em 23 de novembro, conseguimos a aprovação de 140 desses itens do Grupo V - Lixo, Tecnologia e Destinação. Por exemplo, destacamos a necessidade de nova revisão nas normas regulamentadoras na área de segurança, higiene ocupacional e toxicologia do trabalho, principalmente no que se refere à formatação e à criação de nova norma de segurança específica para a coleta, a disposição final, a incineração, o encapsulamento, entre outras atividades, como capina e varrição, especificamente destinada à limpeza urbana. Essa NR 32 atende bem aos serviços de saúde e ao pessoal de atuação do PGRSS, conforme disposição brilhante efetuada pela engenheira e arquiteta Maeli Estrela Borges.

Achamos que podemos ir além. Há necessidade ainda, e existe espaço para isso, para uma modernização, criando uma norma específica na área de segurança. Eu já fiz essa sugestão no Congresso Nacional de Segurança Integral - Consin - e estou aguardando que as autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego possam se manifestar, brindando-nos com a execução dessa norma.

Estava presente, neste auditório -, no momento, não o estou vendo; o Eng. Sílvio Piroli, Presidente da Associação Mineira de Engenharia de Segurança - Ames. Além disso, uma modernização da NR 25, norma que fala sobre resíduos sólidos, seria muito bem-vinda.

O Deputado Ivo José, quando falou sobre o Vale do Aço, recordou-me a minha passagem na Usiminas e na Acesita fazendo reforma de altos fornos. Realmente representa um problema essa área de resíduos industriais. Portanto essa norma fala muito "en passant" sobre esses resíduos e ela pode e deve ser modernizada.

Coloco-me à disposição para contribuir. Particularmente, gostaria de dizer que eu e o Deputado Ivo José já nos conhecíamos de outras oportunidades, pois já estivemos juntos aqui nesta Casa.

Para sobrar espaço aos demais e para não ser muito egocêntrico ou egoísta, agradeço aos senhores e me coloco à disposição, assim como a organização do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet -, onde temos um curso de Tecnologia Ambiental e estamos pensando em fazer agora a implantação de Engenharia Ambiental também.

Agradeço, em nome dos componentes dos grupos das CPIs e de todos aqueles que puderam participar, a oportunidade de fazer algumas modificações também nesta política apresentada pelo relator para a Assembléia, em que contribuimos com algumas modestas sugestões, mas esperamos que sejam bem aproveitadas por todos. Muito Obrigado.

A Sra. Presidente - Muito Obrigado, Prof. Santelmo, coordenador do Grupo V. Passamos a palavra agora ao Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Boa-tarde a todos os presentes. Quero inicialmente cumprimentar a Deputada Elisa Costa e o Deputado Laudelino Augusto pela iniciativa, o Deputado Benjamin Maranhão, o nosso companheiro Ivo José e todos os integrantes da comissão de representação do seminário "Lixo e Cidadania".

Quero dizer, Elisa, que este é um encontro muito importante porque ele desdobra a nossa iniciativa do ano passado de maneira muito objetiva, traduzindo aquelas deliberações, com o trabalho que foi aqui apresentado, em sugestões ao projeto de lei nacional, mostrando que valeu a pena aquele esforço do ano passado, em que ocorreram 11 encontros regionalizados, o maior seminário da Assembleia Legislativa de 2005, dando seqüência e prosseguimento. Ficamos também aguardando a política estadual. Em vários Municípios - hoje o Deputado Laudelino dizia isso -, já estão em andamento várias iniciativas, principalmente da sociedade civil, motivadas e apoiadas pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania, por dezenas de Municípios de Minas Gerais.

Quero objetivamente reiterar, Deputado e companheiro Ivo José, a importância de todas as sugestões aqui apresentadas pela comissão de representação.

Tenho uma trajetória de tradição de trabalho na área social e acho fundamental a incorporação dos trabalhadores, dos catadores de material reciclável, dos carroceiros, em nossa experiência aqui em Belo Horizonte, no governo do atual Ministro Patrus Ananias, experiência que prossegue. É muito importante que esses parceiros da coleta seletiva, os parceiros da questão ambiental, sejam incorporados. Além da dimensão ambiental, é fundamental a dimensão social.

Nós de Minas Gerais ficaríamos muito felizes se todas as sugestões apresentadas com essa ênfase fossem incorporadas ao projeto de lei, até mesmo para que essas experiências se propaguem. Não basta simplesmente o equacionamento ambiental. É fundamental que as pessoas submetidas a condições indignas sejam incorporadas no trabalho de geração de renda.

Deputada Elisa, ontem, daqui da tribuna, fiz uma homenagem. Aproveitando a presença da D. Geralda, da Asmare, informo que, no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, essa entidade completará 16 anos de trabalho, luta, organização e exemplo. De antemão, rendemos as nossas homenagens e elogios à associação, cujo trabalho concretiza exatamente o que queremos incorporar ao projeto de lei. É uma experiência que dá certo em Belo Horizonte e está-se expandindo em Minas Gerais. Quem sabe, possa ser uma realidade viva e presente, associando respeito ambiental à inclusão social. Muito obrigado. Bom trabalho a todos nós.

A Sra. Presidente - Obrigada, André. Aproveito a oportunidade para homenagear outro segmento. Hoje é o dia da trabalhadora e do trabalhador domésticos. Rendemos-lhes, portanto, as nossas homenagens. São pessoas fundamentais à coleta seletiva nas residências e ao avanço da educação ambiental. Deixo-lhes o nosso abraço e o nosso reconhecimento pelo importante papel desempenhado na sociedade e também como ambientalistas, pois podem ajudar, e muito, na coleta seletiva, na geração de trabalho e renda e na sua inclusão social. Com a palavra, a Sra. Júnia Márcia, da Associação dos Profissionais Liberais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Agrimensura e coordenadora do Grupo II.

A Sra. Júnia Márcia Bueno Neves - Boa-tarde a todos. É um imenso prazer estar com vocês. Fomos coordenadores do Grupo II, que trata da Política de Recursos Humanos para a Área de Limpeza Urbana. Trata-se de uma CTI que trabalha o potencial humano, operacionalizando a política de recursos de resíduos sólidos, absorvendo o planejamento e a operação. É o capítulo que tivemos de acrescentar no projeto. Assim, em nível nacional, sugerimos que se verifiquem a possibilidade e a necessidade de viabilizar uma política de recursos humanos. A nossa preocupação não é somente com as pessoas de dentro, mas também com as que estão interagindo na comunidade.

Nós, engenheiros e arquitetos, preocupamo-nos com a operacionalização dos projetos, principalmente, com a interação com o público e com o social. Uma parte do nosso trabalho é diretamente ligada aos catadores, aos carroceiros e aos garis. É esse público que precisamos atender na área de recursos humanos, na segurança do trabalho e na saúde. Levamos isso ao interior, fizemos palestras, estivemos juntos durante meses. Aliás, agradeço, ao Prata a oportunidade; ao Toninho, Presidente do Selurb, associação de todos os servidores da limpeza urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, que contribuiu, imensamente, com o alto "know-how". Foi uma grande contribuição que nos possibilitou respaldar um documento que pudesse abranger, nacionalmente, a preocupação com a operacionalização, com os recursos humanos, portanto com as pessoas que planejarão e que trabalharão nas ruas a favor do meio ambiente.

Agradeço a oportunidade e me disponho a comparecer em outras comissões para trabalharmos juntos. A nossa contribuição pode ser pouca, mas, nacionalmente, Minas está saindo com o pé direito. Obrigada.

Designação do Sr. Coordenador

A Sra. Presidente - Neste instante, a Presidência designa como Coordenador dos debates o Deputado Laudelino Augusto.

Debates

O Sr. Coordenador (Deputado Laudelino Augusto) - Como o Deputado Federal Benjamin Maranhão tem uma entrevista daqui a pouco, vou fazer primeiro a pergunta dirigida a ele. Francisco de Assis Soares, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, pergunta: "Qual a previsão de aprovação da política nacional de resíduos sólidos?"

O Deputado Federal Benjamin Maranhão - Temos um cronograma de trabalho, que já foi votado e aprovado na comissão. Tivemos um tempo exíguo porque ela só foi instalada em outubro do ano passado, mas conseguimos realizar um grande número de audiências públicas. Tivemos um projeto apensado, que entrou em regime de urgência no passado, o que resultou nesse relatório, considerado preliminar, do Deputado Ivo José, do qual todos tomaram conhecimento. Com esse substitutivo preliminar, abriu-se mais o debate, e, a cada dia, estamos aprimorando-o por meio de audiências, como esta.

Levaremos esse substitutivo e todo o relatório do Deputado Ivo José à votação até o final do mês de maio. Espero que, a partir do mês de junho, antes do recesso parlamentar, antes que ocorram as convenções, antes de entrarmos no calendário eleitoral, quando, na prática, dificilmente é votado algum projeto na Câmara, no Senado e nas Assembleias Legislativas, já tenhamos votado isso: no final de maio, na comissão, e, até o final de junho, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Esse projeto encontra-se em fase final em nossa comissão especial, não vai mais para a CCJ nem para outra comissão. Como abrange um grande número de áreas temáticas, foi criada uma comissão especial como a nossa para fazer toda a análise e o substituto aos projetos apensos, um total de 115. Acredito ter respondido a sua pergunta.

O Sr. Coordenador - Obrigado. Três pessoas fizeram inscrição para fazer sua pergunta oralmente. Alguma pergunta será dirigida ao Deputado Benjamin? (- Pausa.) Não. Então, vou continuar fazendo as perguntas na seqüência em que as recebemos. A primeira e a segunda são bem parecidas. A primeira é dirigida ao Deputado Ivo José pelo engenheiro Antônio Passos, da Reciclagem Indústria e Comércio Ltda. - Recafe: "Deputado, sendo o lixo domiciliar economicamente viável, como ser aceito em lei aterro de qualquer natureza como destinação correta?". A segunda é da Maria Penha Rocha, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, para a Deputada Elisa Costa: "Como admitir aterro sanitário como destinação correta de lixo domiciliar, se é de custo caro e vida útil curta?". Com a palavra, o Deputado Ivo José, para responder às perguntas.

O Sr. Antônio Passos - Sr. Coordenador, eu poderia fazer minha pergunta oralmente?

O Sr. Coordenador - Por favor, o senhor dispõe de três minutos.

O Sr. Antônio Passos - Deputado Ivo José, é um prazer conhecer V. Exa. Minha pergunta é do ponto de vista empresarial. Gostaria de lhe dar um dado simples. A atividade brasileira que dá mais lucro é a bancária: 40%. Garanto ao senhor que o lixo dá um lucro superior ao do banco. Portanto nós, empresários, propusemos à cidade de Conselheiro Lafaiete e à região o investimento de R\$2.500.000,00 da iniciativa privada em uma usina de reciclagem total, com destinação correta de todo o lixo, principalmente aproveitando a lei que está sendo proposta para a destinação, uma vez que o empreendimento atende a todos os itens.

A nobreza do lixo destaca-se, primeiro, quando ele é viável economicamente e, segundo, quando ele gera emprego de fato, com inclusão social. Cito um exemplo concreto: hoje, em Conselheiro Lafaiete, na catação normal, empregam-se aproximadamente 20 pessoas, nos lixões e nas cooperativas. Estamos propondo 100 empregos para 100t de lixo por dia.

Minas Gerais tem condições de gerar 15 mil empregos com o lixo e uma renda formidável, em um prazo muito curto. Esperamos contar com a contribuição da Feam na aprovação desse projeto proposto para a cidade de Conselheiro Lafaiete porque é a destinação mais correta do lixo com o tripé: inorgânicos - plásticos, papel, vidro, etc. -, gás carbônico - GNV - e adubo orgânico seco, facilmente transportável e colocado em embalagens.

Se um produto é economicamente viável, por que se admite ainda essa situação? Os Estados do Sul, o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, já não admitem aterros sanitários. Como aceitar que ainda se tenha a pretensão de jogar fora um produto tão valioso como os lixos domiciliar, residencial e comercial?

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Federal Ivo José.

O Deputado Ivo José - Cumprimento o Sr. Antônio Passos e parabeno-o pela contribuição ao debate. Numa das audiências na comissão especial da Câmara, ouvimos o Prof. Sabetai Calderoni, que divulgou seu livro "Os Bilhões Perdidos no Lixo". Sua exposição foi muito interessante e foi uma das que levou grandes contribuições à Comissão.

Compartilhamos muitas preocupações, mas quero observar que estamos construindo outra mentalidade cultural, que requer o comprometimento de todos os setores: público, privado e social.

O Prof. Sabetai exemplificou os aspectos mencionados pelo Prof. Antônio com uma palavra que talvez assuste: peste. Aí vêm os aspectos político, econômico, social, tecnológico e ecológico.

Essa é a questão do desenvolvimento sustentável. Estamos em um processo. Alguns Estados do Brasil já estão avançando. Na Europa, já eliminaram os aterros. Vamos trabalhar para chegar lá também, considerando-se peculiar a realidade brasileira. A legislação tem de atender também para a nossa realidade socioeconômica e ambiental. Vamos fazer uma proposta nesse sentido. Alguns Municípios estão com dificuldades até mesmo de custear consultorias e projetos para o aterro controlado. Sabemos que a realidade é muito dura para nossos Municípios, principalmente os menores. Os legisladores não ignoram a necessidade de mudança, mas entendem também que evuiremos gradativamente, até chegar ao ideal.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Sra. Presidente.

A Sra. Presidente - Agradeço o questionamento da Maria da Penha, do Movimento de Defesa dos Consumidores de Minas Gerais. Concordamos com sua questão: "Como admitir aterro sanitário como destinação correta do lixo domiciliar, se é de alto custo e de vida útil curta?".

Temos de fazer algumas ponderações.

Primeiro, registrar e lembrar a fala do Deputado Laudelino Augusto, de que aterros sanitários serão controlados por um tempo. É claro que estamos numa construção, uma experiência tecnológica em desenvolvimento. O ideal seria uma reciclagem total. Estamos em uma constante. O Estado de Minas Gerais conta com 562 Municípios com lixões a céu aberto. É necessário que avancemos no sistema de limpeza urbana, em termos de tecnologia, de gestão pública. A questão do aterro é um debate a ser travado, pois ainda estamos construindo esse processo. Por um tempo, será necessário utilizar o aterro sanitário. Teremos de trabalhar, permanentemente, a redução do lixo, para evitarmos que os aterros venham, de fato, a acontecer.

Gostaria de dizer que concordamos, mas que estamos em construção. Temos de avançar para um processo final, que seria a reciclagem total.

O Sr. Coordenador - Queremos ajudar na aceleração desse processo. Então, propusemos a discussão, na Comissão de Meio Ambiente, da proposta do Sr. Antônio Passos.

O Sr. Antônio Passos - Atualmente estão sendo construídos, pela Feam e pelas Prefeituras, 100 aterros sanitários a R\$1.000.000,00 cada um. Portanto, não é uma medida a curto prazo.

O Sr. Coordenador - Podemos e devemos ajudar na aceleração desse processo.

Para apresentar pergunta oralmente, com a palavra, o Sr. Raimundo Machado, que representa, aqui, a Vereadora Neila Batista.

O Sr. Raimundo Machado - A Vereadora Neila Batista está ausente em razão de uma viagem a São Paulo.

Gostaria de apresentar ao Deputado Ivo José duas contribuições, na condição de assessoria do mandato da Vereadora, mas também como alguém que acompanha o procedimento do Fórum Municipal Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte.

Já considerando as propostas distribuídas por V. Exa. no início, sugiro que, no art. 9º, inciso IV, em relação ao que propõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seja enfatizada a mobilização social da educação ambiental e sanitária, que foi um acréscimo de V. Exa., e também da publicidade. A inserção, então, seria o princípio da publicidade. É um princípio constitucional das ações de gestores públicos. Essa é a sugestão para o art. 9º.

No art. 11, onde a gestão pública deve implementar ações de fomentar - isso está no inciso V, e há várias alíneas, terminando na alínea "n". Então, gostaria de inserir a alínea "o", ainda que, na alínea "K", fale um pouco do que apresentarei para sua avaliação, Deputado. Seria o seguinte na alínea "a", inciso IX: "Ações de fiscalização e controle das políticas de educação ambiental".

Então, quanto a essas duas sugestões, para avaliação, e enfatizando o que o Frederico já falou, uma Política Nacional de Resíduos Sólidos tem de contemplar a necessidade de educação ambiental e de publicação dessa política, para que a população brasileira tenha acesso e a pratique. Obrigado pela oportunidade e parabéns pela iniciativa.

O Sr. Coordenador - Obrigado. Pergunta da Sra. Maria Alina para a Sra. Maeli: "A incineração já é proibida em alguns países. Por que adotá-la no Brasil, já que buscamos uma política moderna?".

A Sra. Maeli Estrela Borges - Entre os processos térmicos, não existe apenas a incineração; temos a autoclavagem, o plasma, o microondas, considerados alternativos e muito usados para serviços de saúde. Entretanto, tratam apenas o resíduo Grupo A infectante, e não tratam o resíduo químico e infectantes juntos. Temos apenas a incineração para isso, com uma pequena porcentagem do químico e maior do infectante.

O plasma ainda está em evolução, e o custo é infinitamente maior que o da incineração. Esta, se for feita com controle efetivo das emissões gasosas, das cinzas e do sistema operacional, ainda é um processo que irá perdurar por muitos anos. No Japão, praticamente todo o resíduo domiciliar é incinerado.

O Sr. Evandro Arantes Soares - Permita-me um aparte.

O Sr. Coordenador - Estou preocupado com o tempo, porque o Deputado Ivo José vai precisar se retirar. Faça sua pergunta depois.

O Sr. Evandro Arantes Soares - É apenas um aparte.

O Sr. Coordenador - Está bem.

O Sr. Evandro Arantes Soares - Senhores da Mesa e companheiros do Plenário, a engenheira colocou a questão com muita propriedade, porém farei uma observação. O texto que obteve a maior vitória na Conferência Nacional do Meio Ambiente, de minha autoria, aprovado e com o voto recitado três vezes, proíbe, por dois anos, qualquer incineração de resíduos sólidos no Brasil, substituindo-a por tecnologias limpas e não poluentes. O texto foi publicado neste mês pelo Ministério do Meio Ambiente.

Apresento ao governo federal um projeto que propõe solução tecnológica para o problema. Como se trata de uma iniciativa da sociedade civil organizada, ele sofre todo tipo de empecilho e rejeição em Brasília. Concordo com a nobre engenheira que se trata de uma questão tecnológica, mas, sempre que há um projeto técnico com essa finalidade, ele é rejeitado só porque é uma iniciativa da sociedade civil. Ficamos aliados. O governo federal não aceita.

Fui a Brasília, representando o CRQ de Minas. Sou um técnico, sou químico. Não podemos aceitar que o governo nos alije do processo, pois somos pesquisadores e temos consultorias de "n" doutores. Nessa questão, o governo federal está fazendo um desserviço. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado.

O Sr. Evandro Arantes Soares - Há uma cópia do projeto em Brasília, com o Pedro Ivo, Assessor da Ministra. Estou aguardando a marcação de uma audiência. Outra está com a Deputada Federal Maria do Carmo Lara. Entrego a V. Exa. uma cópia.

O Sr. Coordenador - Obrigado. Passaremos a perguntas ao Deputado Ivo José. De Rafael Afonso Silva, do Movimento Muda Aterro: "Na explanação de V. Exa., observei que não tem conhecimento do problema do aterro de Belo Horizonte. Como houve elogio ao sistema de gerenciamento da Prefeitura de Belo Horizonte, que desrespeita leis e insiste em agredir grande parte da cidade, há 31 anos, e sem uma solução que dê o mínimo de dignidade àqueles que já passaram uma vida recebendo o lixo da cidade?".

Pergunta do Sr. Anderson Martins, da Asmare, ao Deputado Federal Ivo José: "Com a terceirização da coleta seletiva proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte, qual a garantia de que os catadores não perderão seu espaço nas ruas?".

Pergunta do Vereador Cosme Nogueira, da Câmara Municipal de Itaobim: "Quais são as fontes para alocação de recursos para implantação de estações de reciclagem e beneficiamento nos Municípios?".

O Deputado Ivo José - Quanto às perguntas formuladas pelos Srs. Anderson e Rafael, até há pouco estava presente um representante da SLU, e gostaria de dirigir essas perguntas para a SLU. No entanto, coloco-me à disposição para ajudar na interlocução das questões do dia-a-dia, embora estejamos tratando da elaboração de uma normatização nacional, pois é nossa atribuição parlamentar ouvir e contribuir na busca de soluções. Estarei à disposição para discutirmos essa questão oportunamente, mas já farei o encaminhamento à SLU.

Quanto à pergunta do Vereador Cosme - quais as fontes para alocação de recursos para implantação de estações de reciclagem e beneficiamento? -, ainda estamos fazendo um debate a esse respeito, e sabemos que a fonte de recursos é um aspecto importante. Não é nossa competência orientar orçamento no poder público, mas pelo menos poderemos apontar sugestões ao governo e à sociedade quanto a parcerias e alternativas, quando for competência do Executivo. No caso de uma lei, a parte orçamentária não entra na nossa proposição, mas poderemos fazer sugestões para encontrar fontes de recursos. A proposta ainda está buscando esses caminhos, mas sabemos que as fontes de recursos são necessárias.

O Sr. Coordenador - Na primeira semana de maio, iniciaremos uma comissão especial, com prazo de 60 dias, para promover estudos a respeito do mecanismo de desenvolvimento limpo - os créditos de carbono do Protocolo de Kyoto, que tem verbas para a destinação de resíduos sólidos.

O Sr. Evandro Arantes Soares - Já cumprimentei os componentes da Mesa. Antes de me dirigir ao Deputado Ivo José, quero dizer algumas palavras ao empresário de Conselheiro Lafaiete, que se pronunciou anteriormente. Ele citou 100 aterros sanitários nos Municípios mineiros. Em um deles, Formiga, está sendo construído um aterro num santuário ecológico, o que constitui verdadeiro crime hediondo, e o processo está em fase de aprovação no Copam.

Aliás, toda a cidade está se mobilizando. Ontem, houve uma reunião que foi uma verdadeira manifestação da população contra essa obra hedionda, pois se trata de verdadeiro santuário ecológico no Rio Pouso Alegre, um dos melhores aquíferos intocáveis de Minas Gerais.

Já convidamos o Deputado Laudelino Augusto a ir lá, acompanhado dos membros da Comissão de Meio Ambiente. Vamos nos mobilizar de todas as maneiras. V. Exa. poderá constatar, "in loco", o que dissemos: trata-se de uma hediondez, palavra, que, infelizmente, não posso substituir.

Deputado Ivo José, a nossa maior contribuição ao projeto já está publicada, resultou da nossa participação na Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em Brasília. Com certeza, os textos de resíduos sólidos, de qualidade ambiental nos assentos humanos e a maioria dos outros são de nossa autoria.

Não posso deixar de citar dois colegas: Elisabeth Grimberg, coordenadora do fórum "Lixo e Cidadania" da cidade de São Paulo e do Instituto Pólis; e Mário Guadagnin, da Universidade Norte de Santa Catarina.

Praticamente, fomos nós quem nos esforçamos para redigir a maioria dos textos. Aliás, a maioria dos textos que ganhou nos votos é de nossa autoria. Então a verdadeira contribuição: uma lei praticamente pronta para resíduos sólidos, publicada no V Ibero, em Joinville. Ela está praticamente à disposição, como V. Exa. mesmo citou que procurou o Ministério de Meio Ambiente. Portanto repito: a nossa grande contribuição está publicada. Há também o nosso projeto, cuja cópia entreguei a V. Exa.

V. Exa. disse que procurou argumentos consistentes do setor produtivo para o projeto. Na Inglaterra, ao lado do Primeiro-Ministro Tony Blair, o Presidente Lula falou à respeito da polífrica do álcool. Para se produzir etanol, temos de devastar milhões e milhões de hectares de floresta. E os resíduos são os piores, os da cana. Está provado, em estudo de química da Universidade Federal de São Carlos, que esses resíduos são um dos maiores geradores de benzopireno, cancerígeno terrível.

Realmente não entendemos a argumentação, logo num País onde apenas uma jazida de gás natural possui bilhões de metros cúbicos de gás. Que argumento consistente pode ser considerado de um governo que pretende transformar o País numa devastação ambiental, para plantar monocultura de cana?

V. Exa. foi um pouco reticente quando se referiu às cidades pobres e à implantação de aterros. Gostaria de saber se essa reticência queira dizer que o governo federal não terá papel ativo nisso. Realmente, se estão nessa passividade, acredito que, se o governo federal é o elemento ativo, deva fomentar diretamente isso.

Essas são as perguntas. Agradeço a oportunidade de participar deste evento. Cumprimento V. Exa. pela iniciativa da Comissão de reabrir e tocar em frente esse projeto. Cumprimento a Deputada Elisa Costa e o Deputado Laudelino Augusto pela realização deste ciclo. Parabéns! Obrigado.

O Sr. Coordenador - Somos nós quem agradecemos, Evandro.

O Deputado Federal Ivo José - Recebemos o projeto do Sr. Evandro, que propõe a criação da Universidade Federal do Oeste de Minas. Imagino que, nesse projeto, haja o conteúdo, a que se referiu, da tecnologia.

O Sr. Evandro Arantes Soares - Deputado, o projeto não diz respeito simplesmente a essa universidade citada por V. Exa. Trata-se de um projeto de referência latino-americana de pesquisa tecnológica na área ambiental. Minas Gerais passará a ser referência na área, caso ele seja implantado aqui, pois o governo federal pode deliberar que se implante em outro local. Propomo-lo como prata da casa, mas a universidade será de referência latino-americana.

O Deputado Federal Ivo José - O senhor fez referência ao projeto, mas não citou do que se tratava. Estou apenas dando publicidade ao título, o que o senhor já esclareceu.

Quero dizer que, no âmbito da nossa Comissão Especial de Resíduos, não discutimos a produção de álcool. O assunto não passou por lá. Temos também um conjunto de outros projetos que tramitam na Comissão de Meio Ambiente. Alguns temas ligados ao meio ambiente fogem à competência da nossa Comissão.

Esse assunto, citado pelo senhor, com referência ao que disse o Presidente Lula na Inglaterra, não foi objeto de discussão na nossa Comissão. Portanto, em nome da Comissão, não posso emitir opinião sobre o assunto.

Quanto ao que o senhor disse por último, só para eu relembrar... (- É interrompido.)

O Sr. Evandro Arantes Soares - Falei sobre o aterro em cidades pobres e me parece que V. Exa. ficou um pouco reticente.

O Deputado Federal Ivo José - Já entendi. Não estou tão reticente assim, e uma das comprovações de nossa preocupação com os Municípios menores foi um caderno que veiculamos hoje, da Funasa, com cujo Presidente, Paulo Lustosa, estivemos ontem à tarde. Aliás, ele se disponibilizou para o debate na comissão, estimulando os consórcios e a união de Municípios na busca de ação compartilhada, como também fontes de recursos. Um dos poucos materiais que trouxemos para veicular aos presentes foi esse, demonstração objetiva do nosso compromisso com os Municípios menores, com os quais nos preocupamos muito.

Em relação à elaboração de projetos, recebemos muitas reclamações de Municípios pequenos referentes ao relacionamento com o Ministério Público. Coloco à disposição não só a Comissão, mas também a nossa assessoria, que tem recebido muitas queixas de Municípios pequenos quanto à dificuldade nesse trato, inclusive para orientação dos Municípios no relacionamento com o Ministério Público, quanto à elaboração de projetos e implementação de aterros controlados e sanitários. Então sabemos que os Municípios têm dificuldades e queremos ser solidários com todos eles para que encontrem o caminho para a superação dessas dificuldades.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Gostaria de pedir ao Evandro que formalize a sua preocupação com Formiga.

O Sr. Evandro Arantes Soares - A cópia do relatório está comigo e eu posso deixá-la no gabinete.

O Sr. Coordenador - Por favor. Queremos acreditar que o Copam não dará licenciamento para um local importante de preservação, como você disse. Mas acompanharemos, que é nossa obrigação.

Passamos à pergunta do Paulo Laporte, do Movimento Muda Aterro, dirigida à Sônia Dias. Parece-me ser mais uma proposta: "Gostaria de ver a possibilidade de mudança no seguinte parágrafo, no art. 9º, item VII, por meio de instâncias deliberativas como o fórum "Lixo e Cidadania"

ou Codemas, haja vista que quem só participa não define, mas somente referenda o que vem formatado de cima para baixo". Paulo Laporte, se quiser explicar melhor, fique à vontade. Entendi que se trata de uma proposta, que será considerada.

Passamos à pergunta da Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu, da Associação de Defesa dos Usuários Consumidores e Contribuintes em Minas Gerais - Aducon.

A Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu - Boa-noite a todos. Peço permissão à Deputada Elisa Costa, Presidente da Mesa, para expressar a nossa alegria em matar as saudades do Deputado Federal Ivo José, que faz muita falta nesta Casa. Sabemos da importância do seu trabalho na Câmara Federal. Fomos presenteados com os mandatos do Deputado Laudelino Augusto e da Deputada Elisa Costa, que têm primado pelo trabalho na defesa do meio ambiente.

Todos estão de parabéns. Parabenizo a Deputada Elisa Costa e o Deputado Laudelino Augusto pelo agendamento do seminário sobre educação ambiental, e o Frederico porque, sem educação, não há preservação ambiental. A educação é uma questão básica para tudo. Queria que, nos próximos seminários, essas questões fossem destacadas. Muitas vezes, esquecemo-nos de que os nossos hábitos podem provocar a destruição do meio ambiente, inflação, violência, enfim, graves problemas. Isso significa que a educação é muito importante. A questão ambiental deve permear todas as escolas, todas as matérias. As escolas devem refletir sobre a natureza. A educação ambiental é muito importante. Tenho a certeza de que o Deputado Laudelino Augusto refletirá, como já foi discutido, a questão da educação ambiental.

Deputado Ivo José, fiquei muito preocupada porque, em novembro, esta Assembléia e o Crea realizaram, ao mesmo tempo, um seminário. Percebi o perfil das pessoas que participavam das discussões lá: empresários e consultores. As preocupações eram completamente diferentes das apresentadas aqui. Se fosse levado em consideração o que disseram lá, seria destruído tudo o que foi feito aqui. De fato, fiquei muito preocupada com o trabalhador, com o pessoal do lixo, pioneiro nessa questão. A D. Geralda, aqui presente, é pioneira desse trabalho na Asmare.

Espero que, no projeto do senhor, sejam considerados os critérios de justiça para essas pessoas. Esses trabalhadores precisam de subsídios. As suas entidades precisam ser subsidiadas. A sociedade vem subsidiando os empresários ao longo da história deste país. Cito, como exemplo, a Federação das Indústrias, que recebeu bilhões de reais de financiamento do Sistema 5S. São tantos os projetos que concedem anistia a essas empresas! Em todos os projetos de lei, tem de haver o critério de atender às entidades que trabalham a custo zero para o governo, que fazem uma atividade suplementar, não realizada pelo Estado. A sociedade, portanto, faz um trabalho, ajuda o governo no trabalho em que está ausente. Quando o senhor elaborar o projeto, pense nessas pessoas. Hoje o Deputado Benjamin disse que os resíduos sólidos se tornaram uma questão econômica. Que o senhor pense nisso, na apresentação da Maria do Carmo em defesa dos catadores, no sentido humano desse trabalho. As empresas não podem tomar conta desse mercado e não deixar espaço para os catadores, as cooperativas, as entidades que desenvolvem esse projeto, têm um ideal e não visam ao lucro. Nos projetos, precisa haver preocupação com essas pessoas que querem dar a sua contribuição. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Somos nós quem lhe agradecemos. O Deputado Ivo José gostaria de fazer algum comentário?

O Deputado Ivo José - Gostaria de cumprimentar a Ilma. As suas palavras são realmente fortes e nos estimulam, nesta Casa, neste cenário, em que tivemos uma grande escola. O Legislativo mineiro é uma Casa democrática, que apóia o debate de temas, com inserção efetiva da sociedade.

É preciso dar desdobramento a esse acontecimento. Foi muito oportuno, para a Comissão Especial da Câmara, ver o que a comissão de sistematização, a Assembléia de Minas Gerais e a sociedade civil acumularam aqui.

Você abordou a educação ambiental e finalizou expondo a preocupação com os conflitos que estão acontecendo. Todavia afirmo que não queremos eliminá-los, mas discuti-los, a fim de encontrarmos um equilíbrio. É preciso valorizar os catadores, enfim, todos, desde a ponta.

Quanto ao nosso parecer, material a que você se referiu, esclareço que, no momento, fizemos um parecer intermediário. Hoje ele não representa nossa posição oficial porque foi fruto de uma circunstância. Em dezembro, na retomada da comissão, quando não completara sequer dois meses de debate, sentimo-nos obrigados a fazer um relatório emergencial. Então, desse mês para cá, já realizamos muitos debates, nos quais contamos com a participação do movimento de catadores, que constava no cronograma inicial. Em virtude de um projeto do governo que estava em regime de urgência, obrigamo-nos a fazer o referido relatório, que não traduzia as necessidades nem a nossa vontade. Portanto esse projeto chegou à Comissão e obrigou-nos a adotar tal posição.

A preocupação com a educação ambiental, com a inclusão dos catadores, enfim, com o aspecto social, é muito louvável, pois faz parte dos nossos princípios. Suas palavras reforçam o nosso ponto de vista.

Sr. Presidente, apesar de dispormos de pouco tempo, indago a V. Exa. se seria possível ouvir o André, que é representante do Compromisso Empresarial para Reciclagem - Cempre. Logo, ele poderá nos falar como o setor empresarial tem-se relacionado com os catadores. André, gostaria de saber se você poderia falar sobre o assunto.

O Sr. Coordenador - Já havíamos encerrado as inscrições, mas ainda há um escrito. Por favor, André.

O Sr. André Vilhena - Agradecemos as palavras elogiosas do Deputado Ivo José. Nos últimos 14 anos, o Cempre compreendeu o empirismo dessa atividade e aprendeu muito com os catadores. A partir daí, desenvolvemos uma teoria, esforçamo-nos para fazer com que o setor empresarial exerça sua responsabilidade pós-consumo, apoiando as cooperativas de catadores. Desse modo, evitamos que o Brasil deixe de copiar, por exemplo, um modelo alemão, que funciona bem na Dinamarca e na Alemanha, para desenvolver um sistema ajustado às suas peculiaridades.

Em 1994, o Cempre, a partir dessa experiência empírica - inclusive da Asmare, que, em um trabalho que realizamos, foi uma das nossas referências -, criou um material com o objetivo de trabalhar a capacitação de outras cooperativas que se espelhassem no trabalho Asmare. Depois começamos a difundir a atividade dos catadores e a desenvolver um trabalho de catequese com o setor empresarial, a fim de, cada vez mais, apoiar e incentivar o trabalho das cooperativas.

Sabemos que os desafios são enormes. Todavia, há 10 anos, as condições eram muito mais precárias. O número de cooperativas era muito menor. De acordo com o cadastro do Cempre, em nível nacional há 400 cooperativas. Há 10 anos, poderíamos contar esse número nos dedos, pois havia apenas 15 ou 20 cooperativas. Portanto o número aumentou muito, bem como a qualidade do trabalho. Entretanto ainda é preciso avançar não só na parte de gestão, mas também no que diz respeito à segurança e à higiene do trabalho.

Hoje podemos afirmar que as cooperativas de catadores são a base da coleta seletiva. No Brasil, muitas Prefeituras, visando desenvolver a coleta seletiva, fazem parcerias com elas. Não sei se respondi à pergunta da colega.

O que temos feito, como associação do setor empresarial, é procurar fazer com que o apoio à cooperativa seja a maneira mais adequada de exercer a cidadania empresarial, corporativa, aliando a questão ambiental com a social.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Evaldo Gason, ex-Presidente da Federação das Associações de Engenheiros de Minas do Brasil - FAEM.

O Sr. Evaldo Gason - Conhecemos o preclaro Deputado pelas reuniões na associação dos engenheiros de Minas e na federação, em que discutíamos sempre o assunto mineração e meio ambiente. Ele sempre foi uma figura de grande dinamismo nesse setor.

Gostaria que a nossa entidade contribuísse com um adendo, um aditivo para os rejeitos na mineração. Isso é de importância sesquipedal em relação ao que tem acontecido nas barragens. Há 10 anos, tivemos a ruptura de uma barragem ocasionando a morte de sete pessoas e, recentemente, houve outro acidente em Macacos.

É necessário um estudo, especialmente da deliberação normativa sobre barragens do Copam. É preciso uma ação mais efetiva frente ao problema das barragens na mineração.

Toda essa política e esses projetos provavelmente se concentrarão no trinômio-chave: recursos financeiros, recursos tecnológicos e vontade política.

O Sr. Coordenador - Agradecemos ao Sr. Evaldo Garzon. Acho que atingimos o nosso objetivo, embora sempre haja alguma coisa a mais para aprofundar. Estamos caminhando. O seminário "Lixo e Cidadania" está tendo encaminhamentos. Houve 409 propostas e já pedimos à Consultoria que separe as que dependerão de leis federais, estaduais ou municipais. Analisaremos as que precisarão da organização da própria sociedade ou das ONGs para darmos o devido encaminhamento.

Tenho a alegria de dizer que o primeiro requerimento que apresentei, como Deputado, ou melhor, o segundo, já que o primeiro foi no dia 1º de fevereiro, ao abrir mão de verbas-paletó, foi para a realização do seminário técnico sobre educação ambiental, baseado no seminário "Águas de Minas", de que participei como Vereador, o qual, aliás, falava dessa importante necessidade.

Convido todos a acompanhar a Comissão Especial sobre o MDL, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que terá início a partir de maio. Serão discutidos temas como o Protocolo de Kyoto e o potencial de Minas Gerais para essa questão.

Há um projeto de lei tramitando nesta Casa acerca da Agenda 21 em Minas Gerais, resultado dos seminários que temos realizado. Não conseguimos medir a maior parte dos resultados porque estão acontecendo em cada canto de Minas Gerais. Temos notícias por meio das visitas que temos feito. A socialização ocorrida nos 11 seminários regionais e no estadual está gerando consórcios entre Municípios, cooperativas de catadores e catadoras e Prefeituras, que estão criando incubadoras e cooperativas para auxiliar catadores e Agendas 21 locais. Educação ambiental está ocorrendo em vários lugares.

Deus criou a beleza, como o homem e a mulher, dotados de inteligência, vontade e liberdade. Entretanto, usam equivocadamente a inteligência, a vontade e a liberdade, inventando a feiúra. Deus criou a beleza, e alguns homens inventaram a feiúra, como a mineração sem sustentabilidade, o corte de árvores, o desmatamento, a destruição de nascentes, a produção excessiva de lixo e sua inadequada destinação.

Queremos trabalhar para o resgate da beleza, e isso é possível. Há várias experiências maravilhosas. O Cacique Seattle, dos Estados Unidos, no início da colonização inglesa, vendo a destruição, alertou: "Tudo o que estão fazendo é para os filhos da terra, as gerações atuais e as vindouras". Usando seu raciocínio, proativamente, concluímos que tudo o que estamos fazendo de bom é para o resgate da beleza, da preservação de nascentes, da destinação adequada de resíduos. Este evento é para o resgate da beleza, para o bem do presente e do futuro da humanidade. Obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Deputado Laudelino Augusto e passamos a palavra ao Deputado Federal Ivo José, para suas considerações finais.

O Deputado Federal Ivo José - Deputada Elisa Costa, Deputado Laudelino Augusto, ilustres companheiros, registro nossa alegria em ouvir tantas contribuições não só de conteúdos técnicos, mas assertivos, com comprometimento. O Sr. Evaldo Garzon sintetiza o compromisso político que vem com os recursos financeiros e com o aspecto ambiental. Sem dúvida, há um comprometimento visível na discussão deste ciclo de debates.

Registro a contribuição de todos que se pronunciaram e trouxeram valores que serão analisados e submetidos à comissão suprapartidária e à Consultoria da Câmara para analisar a competência. Podemos esbarrar em limites, mas temos de ressaltar a riqueza deste seminário legislativo e das exposições, dignas de reconhecimento. Viajamos por vários Estados, em busca de subsídios para a formulação, e podemos constatar que esta foi uma das melhores contribuições. Espero contar com a continuação dessa contribuição por parte de todos os presentes, pois há a conclusão dessa proposição. Esperamos aprovar, neste ano, a regulamentação, e posteriormente haverá desdobramentos. Agradeço a todos que estão conosco construindo.

Somos instrumentos de uma construção coletiva e esperamos que esse sistema atue para o bem do nosso país, do ponto de vista ambiental, social e tecnológico, principalmente para tornar o Brasil cada vez mais justo, e o povo realmente encontrar a felicidade. A lei tem de ser esse instrumento de felicidade. Agradecemos a todos por tudo o que pudemos colher de frutos técnicos e de sugestões para a formulação da Política Nacional de Resíduos.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Deputado Ivo José. Em nome da Assembléia, gostaria de fazer uma solicitação. É importante recebermos informações permanentes da Câmara dos Deputados sobre a tramitação desse projeto, as propostas e o texto definitivo do substitutivo. Posteriormente, promoveremos a participação de entidades na articulação política para aprovação da lei dos resíduos tóxicos.

A vinculação do seminário com este ciclo de debate sobre a lei federal é uma contribuição efetiva do Estado de Minas Gerais. É esta Casa Legislativa, com a sociedade civil, cumprindo o seu papel.

Agradecemos a participação da Júnia; do Santelmo; da Maeli; dos Deputados Ivo José e Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa; do Flávio, representante da Feam; do Nelson; do Antônio Prata; do Frederico; da Sônia; da Profa. Maria do Carmo, a Cacau, de Timóteo, pela luz e pela apresentação; da Comissão de Representação; dos representantes das entidades; e dos demais participantes. Agradecemos ainda ao Juscelino, da GPI, por sua brilhante contribuição.

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Apresentação musical - Palavras do Sr. Renato Rossi - Entrega do título - Homenagem - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Antônio Andrade - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - João Leite - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Antônio Júlio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Persival Ferreira da Costa, Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais - Federaminas -, representando o Presidente, Arthur Lopes Filho; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Vereador Silvinho Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Eduardo Bernis, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Antônio Roberto Lambertucci, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais; e Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Fecomércio-MG.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Darci Piana, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná; Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor Regional do Senac de Minas Gerais; Robínson Correia Gontijo, Diretor Regional do Sesc de Minas Gerais; e de Diretores da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Governador do Estado, por meio do decreto publicado no dia 8/4/2006, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo coral do Fórum Lafayette, sob a regência do maestro Álvaro Antônio Rodrigues, e acompanhado pela pianista Cláudia Marisa Carvalho Salgado.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exmo. Sr. Deputado João Leite, que, nesta reunião solene, representa o Deputado Mauri Torres, oportunidade em que lhe rendo minhas homenagens, caríssimo amigo e homenageado, o mais novo cidadão mineiro, Dr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Vereador Silvinho Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Persival Ferreira da Costa, Vice-Presidente da Federaminas, representando, neste ato, o Presidente Artur Lopes; músicos do nosso Coral do Fórum Lafayette, a quem agradecemos pela honrosa presença; caríssimos empresários e empresárias, familiares e amigos do nosso homenageado; nesta noite festiva, antes de tudo, quero deixar consignado, nos anais desta Casa mineira, os nossos cumprimentos ao nosso homenageado pelo transcurso de seu aniversário natalício, nesta data; por isso, peço a todos uma salva de palmas ao nosso mais novo cidadão mineiro, Dr. Renato Rossi.

Sr. Presidente, o conceito de nacionalidade, quando submetido a uma análise essencialmente realista, fala mais de perto à identificação afetiva que à simples origem geográfica. Transferindo esse conceito para o que nos interessa nesta noite, é exercer a cidadania através do trabalho e do afeto direcionados ao rincão onde se vive e onde se mora, seja ele de nascença, seja de adoção.

Faço tais considerações porque, nesta noite solene, estamos aqui, o que muito nos gratifica, concedendo ao Dr. Renato Rossi o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Nascido em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, em 4/5/1924, nosso homenageado encontra-se, em Minas Gerais, há mais de seis décadas, durante as quais tem exercido a cidadania de Minas Gerais como o mais autêntico e o mais devotado dos mineiros.

Assim, a nosso requerimento, o título que ora lhe é concedido por esta Casa mineira, em nome de todos, vem ratificar como de direito uma situação que, há muito, era de fato. Terminados os estudos realizados em Escola Técnica Secundária, o nosso homenageado Renato Rossi logo encontrou, em Belo Horizonte, o campo fértil para o início de sua atividade profissional, voltado para a montagem de equipamentos e de máquinas. Sua vinda para Minas Gerais se deu no ano de 1944, e, como ele mesmo diz, aqui foi ficando, vindo a casar-se e constituir família.

A carreira vitoriosa foi-se, aos tempos e aos poucos, consolidando com passagem pela Casa Arthur Haas, na qual foi designado para presidir a subsidiária Auto Sport. Depois de 35 anos nessa função, aposentou-se e fundou a Haro, empresa que trabalha com maquinismos, cuja direção divide com os filhos.

Hoje, às suas funções, juntam-se aquelas de Presidente do Sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Presidente dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, além de ter atuado na chefia de delegações empresariais em numerosos eventos internacionais.

Merece registro ainda o seu devotado empenho em favor da implantação do pólo automobilístico no Estado, segmento em que atuou com grande dedicação e pioneirismo, além da atuação marcante em favor da expansão da atividade siderúrgica no território mineiro.

Tão brilhante currículo evidencia o esforço tenaz de nosso homenageado em prol do desenvolvimento de Minas e do Brasil, o que lhe tem valido, sem dúvida, reconhecimento dentro e fora de nossas fronteiras.

Prova disso, meus senhores e minhas senhoras, são as inúmeras comendas e condecorações que precedem esta que hoje lhe estamos outorgando: foi agraciado com a Grande Medalha da Inconfidência e a Medalha de Santos Dumont; anteriormente, esta Casa já o havia distinguido com a Medalha do Mérito Legislativo; e, a cada ano, repetem-se as manifestações de apreço das comunidades e dos setores para os quais contribuiu e contribui com dinamismo empresarial e com o exemplo de cidadão honrado e dinâmico.

Assim, tais expressões se materializam em homenagens como a do Mérito Comercial da CDL; Construtor do Progresso, conferido pela Fiemg; e as cidadanias honorárias de Montes Claros e Ituiutaba, entre outras dezenas de cidades mineiras; agora, a de cidadão de Minas Gerais.

Essa é uma síntese do perfil de Renato Rossi: verdadeiramente uma vida dedicada ao comércio. Uma vida que, desde os anos 40 do século passado, conhece como ninguém os desafios do comerciante, que se coloca atrás do balcão e se vê diante de uma infinidade de atribuições, tarefas e dificuldades.

Foi por conta dessa experiência, obtida no enfrentamento do dia-a-dia, que nosso homenageado Renato Rossi imprimiu nova dimensão às ações da Federação do Comércio, propiciando apoio eficiente e a prestação de relevantes serviços aos seus associados, na firme representação dos legítimos interesses dessa classe laboriosa.

Dessa forma, o nosso homenageado Renato Rossi tem emprestado o prestígio de sua liderança para reclamar a urgente realização de uma reforma tributária efetiva, capaz de retirar o País do círculo vicioso de elevação da carga tributária e de promover a racionalização das despesas e a melhor aplicação dos recursos nas atividades-fim do Estado e de todas as comunidades.

Tal disposição nasce da constatação de que o excessivo peso da tributação no Brasil, fortemente calcada na produção, é um dos maiores entraves à competitividade das empresas e à proliferação de investimentos, restando-nos reunir a coragem necessária para superar o desafio de implantar, na burocracia federal, métodos de gestão modernos e eficazes, capazes de devolver a carga tributária a níveis civilizados.

Não podemos olvidar, por outro lado, o meritório trabalho social que o nosso homenageado desenvolve, na condição de Presidente dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac.

Nessa sua ação, jamais se ausentou à preocupação com a formação integral do ser humano, pois é fundamental que haja trabalho decente para todos, como condição básica e essencial para a dignidade humana; que haja estudo para todos, como condição fundamental para o desenvolvimento, garantindo, assim, a "cellula mater" da sociedade, que é a nossa família.

A vida de Renato Rossi fala-nos daqueles que trazem nas veias a vocação do pioneirismo e a coragem de inventar os territórios do futuro. Mas não é apenas isso, pois, ao longo de sua jornada, nosso homenageado revelou possuir um valor que é o traço mais marcante de sua personalidade: a paixão por tudo o que faz, e faz bem feito.

Na verdade, o exemplo de vida profícua e honrada de Renato Rossi é o maior testemunho de que seus queridos progenitores, Sr. Luiz Rossi e D. Amélia Bonis Rossi, conferiram-lhe a formação que fez dele o humanista que tanto admiramos.

A par disso, Renato Rossi teve a fortuna de encontrar a companheira ideal, na pessoa da saudosa D. Ivone Velloso, que foi aquela companheira e incentivadora. Quis o destino privar-lhe dessa salutar convivência, que foi recomposta com o feliz encontro de D. Gilda Vaz da Costa, a quem saudamos e cumprimos.

Nessa caminhada, Renato Rossi soube transmitir aquela sábia e indispensável orientação para fazer dos filhos, igualmente, mineiros e brasileiros da melhor cepa, do melhor civismo e do melhor caráter. São eles Veralice, Renato, Luís Sérgio, Roberto, Alexandre e o saudoso Frederico.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, senhoras e senhores, caros convidados. Por si só, essa é a trajetória vitoriosa de Renato Rossi, que lhe poderia valer, por admiração e respeito, o título maior de cidadão mineiro de nosso Estado, como reconhecimento a um brasileiro notável.

Na verdade, as razões que fundamentaram a concessão dessa honraria, outorgada pelo Sr. Governador Aécio Neves, a qual tive a honra e a iniciativa de propor, com apoio unânime desta Casa parlamentar, são concretas e fundadas as relevantes homenagens pelos serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil.

Assim, só me resta, neste momento em que se oficializa a mineiridade de um de seus mais ilustres filhos, que receba esta homenagem sincera e calorosa da Assembléia Legislativa, de seus conterrâneos, familiares, amigos e empresários, como forma maior do nosso reconhecimento, daquele que muito tem feito, com dignidade, com amor e com muito interesse aos interesses de Minas e do Brasil.

São essas as nossas palavras de homenagem. Sabemos, nós, da importância maior da concessão de um Título de Cidadão Honorário deste Estado - 853 Municípios lhe prestam, caríssimo Presidente, essa homenagem, galgada e fincada em um gesto de admiração, respeito e gratidão, por tudo que V. Exa. construiu no nosso Estado. Parabéns ao nosso mais querido filho de Minas Gerais. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem à apresentação do Coral do Fórum Lafayette, que interpretará a canção "Pastorinhas", de

Noel Rosa e João de Barro, com arranjo de Aricó Júnior.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Renato Rossi

Exmos. Srs. Deputado João Leite, representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Vereador Silvinho Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Eduardo Prates Octaviani Bernis, Presidente da Associação Comercial do Estado de Minas Gerais; Antônio Roberto Lambertucci, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais; Persival Ferreira da Costa, Vice-Presidente da Federaminas, representando o Presidente, Artur Lopes; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Robínson Gontijo, Diretor do Sesc, meu prezado amigo e companheiro; Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor do Senac; Darci Piana, Presidente da Federação do Comércio do Paraná; Diretores;

Funcionários; Diretoria da Federação do Comércio de Minas Gerais; Conselheiros; Diretores do Sesc; Diretores do Senac; amigos; parentes; Gilda, minha esposa; Veralice, minha filha; Mário Rossi, meu irmão; demais autoridades; todos os presentes. Meu boa-noite e meus agradecimentos.

Senhoras e senhores, hoje é um dia muito especial para mim, como cidadão, pai de família, empresário e, por que não, como mineiro.

Hoje, oficialmente, tenho o reconhecimento de que sou um mineiro, ao receber o Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. Faço, neste momento, meu agradecimento pessoal ao amigo Dalmo Ribeiro Silva por ter me honrado com esse título. Na verdade, com o perdão dos mineiros, já me sinto um cidadão das Minas Gerais há muito tempo.

Aqui cheguei para trabalhar em setembro de 1944, aos 20 anos de idade, como representante de equipamentos industriais. Aqui encontrei o lugar ideal para viver, formar a família e lutar por meus ideais.

No trabalho, são vários anos dedicados ao setor de maquinismo. Trabalhei na Casa Arthur Haas, de onde saí para presidir a Auto Sport. Depois criei a Haro, uma empresa de maquinismo e automatização de equipamentos, que divido com meus filhos.

Aqui, em Minas, formei a minha família. Casei-me com Ivone Velloso Rossi, que infelizmente não está mais aqui, mas me deixou seis filhos maravilhosos, e, com eles, vieram os 12 netos e uma bisneta.

Hoje divido os momentos de alegria e dificuldades com a minha mulher, Gilda, companheira dedicada e fiel, sempre presente no meu cotidiano.

Posso dizer, com toda a certeza, que sou um homem realizado e feliz.

Representando o comércio mineiro, estou à frente do Sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Sesc e Senac, onde desenvolvemos um trabalho em prol dos setores do comércio e serviços, na defesa de seus interesses, em parceria com o poder público e a iniciativa privada.

No Senac, atuamos no desenvolvimento da qualificação e aperfeiçoamento da mão-de-obra.

No Sesc, desenvolvemos ações sociais em benefício dos comerciários e da comunidade. Nossa luta é por um comércio forte, participativo e que renda frutos para o nosso Estado e para o nosso país, afinal, sou mineiro e, como bom mineiro, defendo os ideais de liberdade e de uma vida simples - a simplicidade de contemplar a natureza, as montanhas, as orquídeas e apreciar a comida são as minhas paixões. Portanto, senhoras e senhores, como se vê, sou um bom mineiro, pai de seis filhos mineiros, com uma mulher mineira, 12 netos mineiros e uma bisneta mineira. Muito obrigado a todos.

Entrega do Título

O locutor - Neste momento, o Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega do Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao Sr. Renato Rossi. Solicitamos a estes que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial. O diploma contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto publicado no dia 8 de abril de 2006 e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. Renato Rossi o Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira."

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que suscitou esta homenagem ao Sr. Renato Rossi, para se posicionar conosco no local designado.

- Procede-se à entrega do título.

Homenagem

O locutor - Neste instante, será prestada uma homenagem especial ao Sr. Renato Rossi, com a apresentação do maestro Álvaro Antônio Rodrigues e da pianista Cláudia Marisa Carvalho Salgado, que executarão "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso.

- Procede-se à realização de homenagem.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece, também, a presença do Coral do Fórum Lafayette, sob a regência do maestro Álvaro Antônio Rodrigues, acompanhado pela pianista Cláudia Marisa Carvalho Salgado, que brilhou nesta noite.

Exmos. Srs. Renato Rossi; Vereador Silvinho Rezende; Eduardo Bernis; Antônio Roberto Lambertucci; Persival Ferreira da Costa; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; D. Gilda Vaz da Costa, esposa do homenageado; seus filhos Veralice Reis Rossi, Renato Reis Rossi e Alexandre Reis Rossi;

seu irmão Mário Rossi; e seus netos Alexandre Nunes Rossi, Felipe Rossi, Ériko Rossi, Bruno Rossi, Rafael Rossi, Fernanda Rossi, Daniela Rossi, Renata Rossi e o esposo Ricardo, e Guilherme Rossi; gostaria de cumprimentar também a bisneta, mas ela tem apenas 8 meses e não pôde comparecer.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de dar um testemunho pessoal da presença vigorosa do Presidente Renato Rossi em Minas Gerais.

Quando era Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais e iniciamos o programa Campos de Luz, nosso Presidente colocou a Federaminas a nossa disposição. O programa Campos de Luz já iluminou, só na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais de 150 campos de futebol amador, dando segurança à população e diminuindo mais de 60% de ocorrências criminais nesses locais. Contamos com o apoio do Presidente para esse programa, ao final do qual teremos 450 campos iluminados em Minas Gerais. O Presidente do BID também se interessou por esse programa e deseja levá-lo para toda a América Latina, dado seu alcance social nas localidades carentes de nossas cidades.

Como neto de ferroviário, não poderia esquecer-me do seu trabalho com sua equipe no nosso Sesc mineiro de Grussaí. Viajei com meus familiares no trem mineiro, parando nas réplicas das estações históricas de Minas Gerais - Estações Bom Despacho, Onça de Pitangui, Velho da Taipa, e Ladainha, da Bahia-Minas. Nosso Presidente e sua equipe, a quem parabeno, deixou no nosso Sesc mineiro uma lembrança tão cara para todos nós. Presidente Renato Rossi, muito obrigado por sua obra em nosso Estado.

Ser mineiro é ter identidade com esta terra, que, embora considerada plural - pois Minas seriam muitas -, repousa sobre uma base histórica comum, um certo temperamento coletivo e hábitos no trato com o outro, no modo de fazer suas coisas e de se alimentar.

Existiria, na relação entre o homem e a terra de Minas, uma certa essência que um dia foi chamada de mineiridade. Mineiridade talvez possa, mais que um atestado de origem ou de identidade, traduzir-se como o sentimento de amor pelas Minas Gerais.

Natural de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, mas vivendo e trabalhando em Belo Horizonte desde 1944, Renato Rossi vem agora receber a cidadania estadual por suas atividades voltadas para o progresso de nosso Estado.

Já no seu sexto mandato como Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, vem dedicando as duas últimas décadas de sua existência a essa entidade sindical que tanto tem fortalecido o segmento de comércio de bens, serviços e turismo no Estado.

Sua voz tem-se mostrado firme na defesa dos desafios enfrentados pelo comércio, que ainda sofre o impacto direto e intenso da política monetária restritiva.

Tem também se colocado na linha de frente contra o excessivo peso da tributação no Brasil, um dos maiores entraves à competitividade das empresas e à proliferação de investimentos. Por trás dessa luta, faz uma acalorada defesa da geração de emprego e de renda.

Mesmo assim, é contínuo o dinamismo dos setores de comércio e serviços entre nós, fruto da relevante orientação da Federação dirigida por Renato Rossi, tanto nos momentos favoráveis quanto nos períodos de adversidade.

Além da assistência jurídica e da orientação econômica, inclusive na área de comércio exterior, a Federação do Comércio de Minas Gerais promove atividades educativas que contribuem para a atualização e qualificação do empresariado mineiro.

Sua bandeira pelo trabalho e pela produção merece esta homenagem. Mais postos de trabalho e menos informalidade representam maior crescimento e, certamente, uma melhor distribuição da renda e da riqueza, inibindo a marginalidade e a pirataria.

Cumprimentamos, então, o novo cidadão mineiro, que se mostrou, pelo exemplo de sua vida pessoal e profissional, digno de ostentar os mais altos valores atribuídos à mineiridade.

Trata-se de um líder solidário, discreto e extremamente competente, que não se furta a enfrentar os grandes desafios de nossa época. Que seu exemplo seja seguido. Minas Gerais e seu povo saberão agradecer. Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/4/2006

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Tereza Lara e Maria Olívia (substituindo esta ao Deputado José Milton, por indicação da Liderança do Bloco BPSP) e o Deputado André Quintão, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no Diário do Legislativo, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab-MG (17/3/2006); Agostinho Patrús, Secretário de Transportes (31/3/2006); Roberval Juarês de Andrade, Diretor Técnico da Emater-MG (31/3/2006); Marcelo Arruda Nassif, Diretor de Operações da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemig (7/4/2006); José Maria Borges, Subsecretário de Políticas e Ações de Saúde (7/4/2006); da Sra. Eliana Benício Siqueira, Superintendente da Criança e do Adolescente da Subsecretaria de Direitos Humanos (13/4/2006); dos Srs. Márcio Nunes, Diretor-Presidente da Copasa - MG (13/4/2006); Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário de Saúde (18/4/2006); e José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (18/4/2006). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, Biel Rocha, Doutor Ronaldo, Laudelino Augusto e Padre João (3), em que solicitam sejam encaminhados ao Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - pedidos de realização, por esse órgão, de vistoria técnica na barragem de contenção de rejeitos de mineração de bauxita, situada no Município de Mirai, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio; e de realização urgente de inspeções preventivas em todas as barragens de deposição de rejeitos de mineração e de indústrias situadas no Estado de Minas Gerais; em que solicitam seja enviado ao Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido para que crie e coordene uma comissão interinstitucional, com a participação de entidades não-governamentais da Região da Zona da Mata Mineira, para efetuar o levantamento dos impactos e prejuízos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de lavra de bauxita, situada no Município de Mirai, pertencente à Mineração Rio Pomba, ocorrido em 1º de março de 2006, com vistas ao reparo e ao ressarcimento dos danos identificados; da

Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão e Marlos Fernandes (10) em que solicitam seja dirigido apelo à Fundação Nacional de Saúde - Funasa -, com vistas a desenvolver e implantar efetivos programas de capacitação de Agentes de Saúde Indígena que integram os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI -, para que possam colaborar efetivamente na atenção à saúde indígena e na redução dos alarmantes índices de mortalidade infantil hoje observados nos povos indígenas; sejam enviados ao Presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai - e ao Ministro da Justiça, pedidos de informações acerca da situação em que se encontra o levantamento das terras indígenas em Minas Gerais, atualmente em curso na Funai, com vistas à futura demarcação e homologação; seja agendada reunião desta Comissão e da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas com a Coordenadoria Regional da Funasa em Minas Gerais, para debater a situação da saúde dos povos indígenas e do saneamento básico em seus territórios, buscando soluções que possam minorar os elevadíssimos índices de mortalidade nas populações indígenas; seja dirigido apelo ao Presidente da República, para que seja revista a determinação de construir empreendimentos hidrelétricos que afetam Terras Indígenas, como Belo Monte, Estreito e Rio Madeira; seja dirigido apelo ao Presidente da República, para que se agilize a implantação da Comissão de Políticas Indígenas, bem como a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Proteção da Biodiversidade em Terras Indígenas; seja dirigido apelo à Funai para que publique o Relatório Antropológico da Terra Caxixó, no Município de Pompéu, em Minas Gerais, e que efetive, com urgência, os estudos referentes às terras dos Aranã, nos Municípios de Araçuaí e de Coronel Murta, em Minas Gerais; sejam dirigidos à Funai e à Funasa apelos para que dediquem especial atendimento ao Grupo Maxacali, que foi expulso de área retomada em agosto de 2005, no Município de Santa Helena de Minas, em Minas Gerais. Solicitam ainda, que se informe aos destinatários, que esse grupo indígena se encontra atualmente em uma gleba de terra no Município de Frei Gaspar, apresentando reclamações referentes à assistência precária por parte da Funai e da Funasa, como fome, abandono, isolamento e ocorrência recorrente de doenças; seja enviado à Funai pedido para que haja agilidade nos procedimentos em curso para o reconhecimento da etnia Mucuriñ, atualmente com 180 integrantes, que se encontram no Vale do Mucuri, em Minas Gerais; seja enviado ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo, da Fundação Nacional de Saúde - Funasa - DSEI-MG/ES - pedido de assistência ao Povo Indígena Mucuriñ, morador do Município de Campanário, no Vale do Mucuri, em Minas Gerais; seja enviado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação - MEC-Secad - pedido para a inclusão do Povo Indígena Mucuriñ, no programa de formação de Professor Indígena das Deputadas Elisa Costa, Jô Moraes e dos Deputados Laudelino Augusto, Padre João, Ricardo Duarte e Rogério Correia, em que solicitam a realização de reunião conjunta desta Comissão com a de Direitos Humanos para debater e dar encaminhamentos às ocorrências de violência, tortura e violação dos direitos constitucionais, ocorridos durante realização do I Encontro dos Movimentos Sociais Mineiros nos dias 1º a 4 de abril nesta Casa; da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado André Quintão, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser enviada a esta Casa; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão e Laudelino Augusto, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir o monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; e da Deputada Maria Tereza Lara, em que requer seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão Especial da PEC nº 97/2006, com a finalidade de debater a referida PEC. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.486/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.524/2006, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial dos Centros de Convenções, Feiras e Exposições, a realizar-se às 16 horas do dia 10/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 8/5/ 2006, em homenagem à Cadar Engenharia Construções Ltda. pelos seus 40 anos de fundação.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Centros de Convenções, Feiras e Exposições

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, João Leite, Adalclever Lopes e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada no dia 8/5/2006, segunda-feira, às 10 horas, no auditório do Ritz Plaza Hotel, na Av. Rio Branco, 2.000, em Juiz de Fora, com a finalidade de debater um modelo de gestão para os centros de convenções, feiras e exposições em construção no Estado, em especial o Conex de Juiz de Fora, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2006.

Sebastião Helvécio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2006, às 14 horas, no Plenário, com a finalidade de se realizar o debate público "Transporte Contratado de Passageiros: Visões Intermunicipal e Interestadual".

Sala das Comissões, 5 de maio de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membros para Comporem o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Weliton Prado, Doutor Viana e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública da Sra. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Pró-Reitora de Extensão da UFMG; de, se possível, apreciar o parecer do relator e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2006.

Ana Maria Resende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Elisa Costa e Jô Moraes e os Deputados Gustavo Valadares e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2006, às 14h30min, na Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de se debater o tema "Geração de trabalho, emprego e renda" e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2006.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 2/5/2006

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores, quero abordar três assuntos. O primeiro é sobre a matéria que saiu hoje, no jornal "Estado de Minas", sobre as importantes modificações que ocorreram no aglomerado Santa Lúcia e sobre os impactos positivos da ação do Estado, da Prefeitura, principalmente das ONGs, das igrejas e dos movimentos sociais que ali existem, especialmente o impacto na infra-estrutura desse aglomerado, onde há três bairros, com cerca de 35 a 40 mil habitantes.

Em 2001, tivemos a oportunidade, enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de realizar uma audiência pública com a presença de centenas de pessoas, da comunidade como um todo, inclusive os jovens. No fundo da parede, no local onde realizávamos a audiência pública, havia 95 cruzeiros simbolizando que, nos três anos anteriores - 1998, 1999 e 2000 -, havia morrido esse mesmo número de pessoas. Todas foram vítimas de homicídio, especialmente por arma de fogo e pelo tráfico de drogas.

Nós, que fomos parceiros, hoje vemos, com satisfação, que o espaço do aglomerado Santa Lúcia está transformado. Tivemos a oportunidade de estar lá e ver o bom exemplo de um local como aquele ser transformado preventivamente, com a ação do Estado, especialmente da Polícia Militar, das associações, das ONGs e do movimento da arte.

Agora temos um ambiente mais seguro, onde, nos últimos anos, tem havido bem menos vítimas de homicídios do que na época em que lá

estivemos.

Hoje se pode andar tranqüilamente pelo Aglomerado Santa Lúcia a qualquer hora do dia ou da noite, o que demonstra uma ação acertada do Estado e da comunidade local. Esse exemplo deve ser um símbolo das modificações e da questão relativa à infra-estrutura. A questão será discutida no seminário sobre segurança pública. É um exemplo do que se pode fazer quando há infra-estrutura básica e melhorada, quando a sociedade participa mais e quando o Estado está mais presente; ou seja, tudo muda completamente.

Procederei à leitura do ofício de uma ONG que preserva o meio ambiente de Barroso, assinado pela Sra. Celi Moura de Souza Dias, Vice-Coordenadora da Odesc. (- Lê:)

"Exmos. Srs. Deputados Estaduais do Estado de Minas Gerais, a Organização de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário - OSCIP -, sediada na cidade de Barroso, bem como os moradores da cidade de Barroso, vêm respeitosamente expor e requerer o seguinte.

Do Acidente Ambiental: entre os dias 5 e 10/4/2006, ocorreu na cidade de Barroso um acidente ambiental, amplamente divulgado pelos meios de comunicação e boletins de ocorrência anexos.

O fato demonstrou a fragilidade existente no processo de produção, transporte e recepção de resíduos destinados para a indústria cimenteira.

Os moradores da cidade de Barroso, em especial do Bairro Rosário, sofreram contaminação aguda, cujos principais sintomas são cefaléia, vômitos, oscilações de pressão arterial, problemas respiratórios, entre outros eventos, como alteração de humor, etc.

O órgão ambiental, Feam, compareceu no local somente na segunda-feira a requerimento do jornalista Ricardo Beghini, do jornal "Estado de Minas". As empresas responsáveis pelo acidente não se dignaram a comunicar o fato ao órgão ambiental.

A polícia ambiental compareceu ao local, mas não coletou amostra do resíduo para análise.

O material foi coletado de forma inadequada pelos moradores e repassado ao órgão ambiental.

Perito da Polícia Civil teria coletado material.

Não foi informada a quantidade, a espécie e os níveis de concentração do resíduo.

Depois dessa sucessão de trapalhadas, permaneceu como era antes, com pequenos e poucos acertos.

Episódios dessa natureza demonstram a fragilidade do sistema legal e, pior, que o órgão ambiental somente previu solução para o acidente, não para a saúde humana.

A Odesc manteve contato com a ONG parceira, e o resultado foi positivo porque a autoridade local, ou seja, o Prefeito, manteve contato com a Jeffer Castelo Branco, ONG - ACPO, de São Paulo, e foi contatada a melhor equipe sobre o tema existente no País.

Não sabemos se tal contato será efetivado.

Assim sendo, como organização da sociedade civil, acompanharemos o desenrolar dos fatos.

Comunicamos ao Grupo de Trabalho sobre Químicos do Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais e da Rede Brasileira da Justiça Ambiental, a Rede internacional Gaia, e mantivemos contato com o Prof. Marcelo Firpo Porto, da Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz.

Contatamos o Deputado Estadual Edson Rezende desta nobre Casa Legislativa.

Das comissões parlamentares: É cediço que as comissões parlamentares têm papel importante na audiência da sociedade civil sobre temas relevantes e na elucidação de fatos de interesse público do povo de Minas Gerais.

Do requerimento: A ocorrência do acidente ambiental e o trato dado pelos diversos atores ao tema merecem a atenção dos representantes do povo. O sistema de transporte de cargas perigosas é falho. Os grandes empreendedores não parecem dedicar a devida atenção à matéria.

Devemos questionar: 1 - Quantos acidentes do mesmo gênero não ocorreram por completa ignorância? 2 - As avaliações de risco estão sendo feitas? 3 - O órgão ambiental tem atuado de maneira satisfatória? 4 - Qual o número de pessoas diariamente expostas a riscos químicos?

Em suma: o escopo do presente pedido é requerer que se instale comissão para discussão da matéria pela sua relevância e interesse público.

Pedimos deferimento. Barroso, 13 de abril de 2006. Celi de Souza Dias, Vice- Coordenadora do Odesc."

Estivemos presentes no local onde, de fato, foi derramado um caminhão - não sabemos quantas toneladas de substâncias tóxicas, que contaminaram a rede de esgoto da cidade, foram despejadas no bueiro um pouco distante do bairro chamado Rosário. Esse fato é grave. Solicitamos audiência pública na Comissão de Meio Ambiente desta Casa - já estamos agendando, com o Presidente dessa Comissão, uma discussão mais detalhada sobre o caso, que é grave e provocou problemas de saúde na população. Portanto é preciso rever essa situação e punir devidamente os culpados, se houver.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, diz respeito à matéria veiculada no "Estado de Minas" que trata da radiografia de um país na emergência e da medicina em risco. O título é o seguinte: "Médicos renomados acreditam que deve haver maior fiscalização das escolas e sugerem que o governo não permita mais a abertura de novas faculdades, além de intensificar a avaliação". Na pág. 13 do jornal do dia 30/4/2006, domingo, matéria importante demonstra que, em comparação com os Estados Unidos, o Brasil tem mais escolas. No entanto eles têm 100 milhões de habitantes a mais. Lá há 125 escolas de Medicina, enquanto aqui há 155, ou seja, o Brasil possui 30 faculdades de Medicina a mais do que os Estados Unidos, apesar de ter um número populacional bastante inferior. Essa é uma das matérias mais importantes desta semana. Estamos preocupados com a situação. O Dr. Ronaldo, assim como outros parlamentares desta Casa que são médicos, sabe da importância e dos

problemas que vivemos com relação às faculdades que, mercantilisticamente, se proliferam pelo País. Muitas nem sequer possuem ambulatório, hospital-escola e laboratórios adequados, além de instalações e infra-estrutura. Estão formando médicos em quantidade no País, sem o devido critério da qualidade. O Conselho Federal de Medicina e vários conselhos regionais, incluindo o CRM, têm impetrado ação na Justiça para impedir a abertura de determinadas escolas ou paralisar outras, em razão da falta de qualidade e da ineficiência de infra-estrutura e recursos humanos, ou seja, da falta de profissionais qualificados. Muitos jornais denunciam isso; muitas vezes, um catedrático dá seu nome, mas as aulas são ministradas por outra pessoa. Essa questão da qualidade na formação de um profissional tão importante como o médico, que cuida da vida, é primordial. Parabenizamos o jornal "Estado de Minas" por ter feito matéria tão importante. Esperamos que continue nessa linha, para que haja outro caminho em relação à abertura indiscriminada de faculdades de Medicina.

Não é de hoje que entidades médicas como a Associação Médica de Minas Gerais, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, juntamente a lideranças e parlamentares, travam uma campanha contra a abertura indiscriminada e a mercantilização das escolas de Medicina em Minas e no Brasil.

Neste segundo mandato, apresentei o Projeto de Lei nº 2.333/2005, com o objetivo de aperfeiçoar a legislação existente sobre o processo de criação, autorização de funcionamento, acompanhamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação em Medicina, Odontologia e Psicologia. Trata-se de cursos na área da saúde, que, nos termos da legislação federal, devem receber prévia manifestação dessas entidades representativas das respectivas categorias profissionais para sua implementação.

Na última década, em decorrência da perda de prioridade nas políticas públicas do Estado, induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico da globalização neoliberal, a expansão de cursos médicos e a ampliação de vagas nos já existentes, acompanhadas da queda da qualidade da formação acadêmica, provocaram o debate sobre a necessidade ou o oportunismo para a criação de novas escolas médicas.

Foi nesse contexto que, em 2002, a Associação Médica Brasileira - AMB - promoveu fóruns regionais denominados "Novas Escolas de Medicina: necessidade ou oportunismo?". Um deles ocorreu em Belo Horizonte, com a finalidade de definir estratégias de ação político-institucionais no País para a necessidade de restrições à criação de novos cursos de graduação em Medicina. De lá para cá, outros setores, como a OAB, também manifestaram preocupação com a abertura indiscriminada de cursos e de escolas superiores.

No caso da medicina, Minas tem atualmente 21 escolas em funcionamento. Destas, 16 são particulares, e 6 delas estão em situação irregular, de acordo com o Conselho Regional de Medicina. Somente 3 foram autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação, em detrimento da legislação federal. As demais não possuem autorização do MEC, do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Educação.

Queremos ressaltar que não é possível tratarmos a vida das pessoas com a visão do lucro e que a escola é o lugar onde se forma o profissional. Nela ele obterá base conceitual para compreender a responsabilidade e a missão que a profissão representa na sociedade. No caso das escolas médicas, tratamos de vidas, e não, de lucro.

Sem dúvida, a questão da qualidade é crucial. Entendemos que a manutenção de cursos de baixa qualidade constitui ato prejudicial à sociedade, na medida em que não propiciarão aos estudantes condições competitivas para enfrentarem o mercado de trabalho.

A população precisa ser alertada sobre essas escolas de baixa qualidade, já que os alunos correm o risco de não poderem exercer a profissão depois de formados, por causa de irregularidades na abertura dos cursos. Isso implica gastos para as famílias e prejuízo profissional para os estudantes.

Queremos melhorar a capacidade instalada e regular o número de médicos que se formam ano a ano de acordo com o que preconiza a Organização Mundial de Saúde e a qualidade do ensino ofertado.

Essa proposição nos remete à construção do diálogo entre os diversos segmentos sociais interessados nos assuntos em debate na arena pública. Além disso, oferece tratamento adequado ao ensino superior, já que supera visão simplesmente mercantil da formação universitária, na medida em que insere entidades da sociedade representativas do setor de saúde no processo de instituição de cursos superiores ligados à área.

Entendemos que o momento atual é oportuno para se renovar o debate sobre a questão, razão pela qual contamos com os nobres pares para que o projeto de lei de nossa autoria, que já está em condições de ser apreciado em 1º turno no Plenário da Assembléia Legislativa, tenha regular tramitação e ampla aprovação nesta Casa. Esse projeto regulamenta essa questão no Estado e diz que, antes de ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, esse curso precisa passar pelo Conselho Regional de Medicina, que leva em conta a questão da qualidade e da regionalização dessas escolas.

Falamos aqui sobre determinada situação em que um médico bem preparado estará em condições adequadas de salvar uma vida. Se não estiver, o paciente sob sua responsabilidade estará em risco, especialmente em caso de urgência e emergência.

Portanto, a exemplo do que fizeram os EUA na década de 20, em 1910, o educador Abraham Flexner fez uma avaliação dos cursos de Medicina e concluiu que 120 das 160 faculdades de Medicina dos EUA apresentavam péssimas condições de funcionamento. Nesse período, Flexner fez um movimento e uma limpeza para dizer que é preciso escolas de qualidade. A partir desse movimento, os EUA passaram a obter escolas de melhor qualidade. Podemos dizer que hoje os EUA são um dos países que se encontram na ponta da boa medicina praticada no mundo, não somente quanto ao ensino, mas também quanto à extensão e à pesquisa.

Então, fica aqui um pedido aos Srs. Deputados para a aprovação desse projeto, mas, muito mais, esperamos que o Conselho Nacional de Educação faça uma avaliação criteriosa no tocante à abertura de novas escolas, Sr. Presidente.

Se fizermos uma avaliação dos três últimos anos, veremos que foram abertos, em Minas Gerais, 68 novos cursos, de Medicina e de outras matérias. Onde trabalharão tantas pessoas se o mercado está saturado em várias áreas? É preciso haver um alerta para que o nosso Conselho Estadual de Educação também tome para si essa responsabilidade de observar a qualidade das escolas e, muito mais, o mercado de trabalho para essas pessoas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores que acompanham a TV Assembléia, nesta semana, comemoramos o Dia do Trabalhador. Foi uma comemoração muito especial. Isso porque, depois de muitos anos, o Brasil tem realidades e números cada vez mais promissores para os seus trabalhadores.

Todos sabemos que o Brasil acumula uma dívida social histórica, afinal, são décadas, séculos de sucessivas e permanentes exclusões de toda

ordem e de toda natureza.

O governo Lula assumiu um país com aproximadamente 52 milhões de brasileiros em situação de pobreza, como resultado dessa histórica concentração de renda e de desigualdade social. No entanto a determinação, o compromisso histórico dele e do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, vem conseguindo, com a ajuda da sociedade civil, de outros partidos e de outros segmentos, implementar um programa de governo que está conjugando crescimento econômico, distribuição de renda e inclusão social.

Chegamos, nesta semana, no 1º de maio, com um salário mínimo de aproximadamente US\$170,00. É evidente que é um salário distante daquilo que merece o povo trabalhador brasileiro, mas foi um salário que conseguiu superar os reajustes de 31 dos 38 itens da cesta básica. O brasileiro hoje tem condição de se alimentar melhor. Oitenta por cento dos acordos coletivos de trabalho tiveram reajustes superiores à inflação acumulada no período.

Algumas das questões básicas da população estão sendo equacionadas, entre elas, a fome. Basta o cidadão comparar o salário mínimo e o custo da cesta básica do governo Fernando Henrique com os do governo Lula hoje.

Hoje o trabalhador tem a grande possibilidade de fazer uma pequena reforma, uma pequena construção, porque o preço do cimento está mais baixo. As melhoras não são apenas para o trabalhador pobre, de baixa renda.

Novos empregos formais estão sendo criados, numa média de 90 a 95 mil empregos por mês. A agricultura familiar, que hoje tem recursos praticamente triplicados para o crédito maior e mais fácil, a correção da tabela do Imposto de Renda e várias outras medidas estão sendo tomadas, inclusive para aqueles que, como resultado dessa exclusão social, ainda estão fora do mercado de trabalho ou com uma renda muito baixa. Essas pessoas têm hoje a cobertura do maior programa de transferência de renda com condicionalidades que já houve, em qualquer época, no nosso país: é o vitorioso programa Bolsa-Família, que, só em Minas Gerais, atinge mais de um milhão de famílias pobres e, no Brasil, mais de nove milhões. Programas que, em Minas Gerais, associados a outros do campo da segurança alimentar, como o programa de distribuição de leite, que, no semi-árido mineiro, distribui 150 mil litros de leite por dia para as famílias pobres, programas de compra direta local, programas de restaurantes populares, de cozinhas comunitárias, em parceria com o Estado, através da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, tão bem conduzida pela nossa colega Elbe Brandão, fizeram com que, no semi-árido mineiro, a desnutrição infantil fosse reduzida, mostrando que as iniciativas sociais não são assistencialistas, são promotoras da vida.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Agradeço ao nobre colega Deputado André Quintão. Amanhã estarei na tribuna da Casa, prestando esclarecimentos de um trabalho desenvolvido e executado por uma Secretaria que saiu do nada e chegou a movimentar e disponibilizar recursos da ordem de R\$313.000.000,00 para políticas públicas diferenciadas. Com muita tranquilidade, haverei de reconhecer as parcerias com o governo federal, através de seis Ministérios, e, com eles e V. Exa., de comemorar esse dado da queda da desnutrição de 17,9% para 5,3%, do que Minas tem que se orgulhar, pois, em toda a região do Nordeste, perde apenas para a Paraíba.

Deputado André Quintão, pude utilizar a tribuna para elogiar o Presidente da nossa Casa pela criação da Comissão de Participação Popular, tão bem conduzida por V. Exa.

Esse também é o momento de mostrarmos - tivemos um choque de gestão, tivemos que nos enquadrar no gerenciamento do PMDI de Minas Gerais - como esse recurso foi utilizado e agradecermos publicamente à Pastoral da Criança, porque Minas Gerais é o único Estado da Federação que chamou a sociedade civil organizada para participar de uma ação pública. Haverei de ter V. Exa. como parceiro, para transformarmos o programa do leite em política pública, numa ação continuada, pois esse programa não só mediu resultados, como também fortaleceu a renda de mais de 4.500 produtores daquela região e fez renascer cooperativas de laticínios que estavam fechadas. Dessa forma celebraremos, nesta Casa, não uma disputa partidária, não uma disputa conceitual, mas sim o resultado de causas, para que o Consea reconheça o programa Leite pela Vida como um dos maiores programas de controle social deste país em Minas Gerais.

Parabéns a V. Exa. por estabelecer esse conceito de seguridade social. Com a parceria entre o governo federal e o estadual, a sociedade civil organizada e as entidades religiosas, celebraremos a vida, a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no sertão das Minas Gerais e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Deputada. Faço aqui o registro da parceria importante da Secretaria conduzida por V. Exa. Ressaltamos a seriedade do trabalho e, especialmente, a capacidade de articular as entidades da sociedade civil. O combate à desnutrição materno-infantil seria absolutamente inatingível não fosse o empenho da Pastoral da Criança, que muitas vezes, antes mesmo do poder público, efetua esse trabalho não apenas em Minas, mas também no Brasil.

Sr. Presidente, reconhecendo que ainda temos muito a trilhar e que o trabalhador brasileiro ainda tem muito a conquistar, temos a convicção de que o governo do Presidente Lula, majoritariamente conduzido pelo PT, está fazendo seu trabalho.

Aliás, o Governador, até fugindo de seu feitio, na semana passada criticou acidamente nosso partido, dizendo que estaria acabando, pois não se lembrava sequer de seis lideranças expressivas dele.

Parece que o Governador não acompanhou as eleições diretas do PT, de que participaram 350 mil filiados, apesar de estarmos no auge da maior crise política enfrentada pelo partido. Parece que o Governador não imaginou que teríamos um encontro com mais de 1.200 delegados, eleitos democraticamente na quase totalidade dos Municípios brasileiros - dos 5.562 Municípios, o PT está presente, Deputado Padre João, em mais de 5 mil. Para cada desfiliação, no auge da crise, o PT trouxe mais cinco novos filiados, ou seja, a proporção de entrada e saída foi de cinco para um. E o PT, nesse último encontro nacional, deu mostras de sua maturidade, de seu rumo claro e de sua convicção de que esse projeto político precisa continuar, até com mais ousadia, pois a situação estará melhor.

No primeiro governo, arrumamos a casa, consertamos a bagunça instalada, realizamos uma política macroeconômica que conjugou crescimento com distribuição de renda. O Presidente Lula promoveu no País um verdadeiro choque de inclusão social, como nenhum outro havia feito em nossa história. E o PT está absolutamente unificado em torno da continuação desse projeto político vitorioso.

Quiseram, precocemente, destruir o PT; anunciar seu fim. Alguns continuam a insistir nessa tese equivocada, mas o partido, por meio de seu Presidente, está mostrando para o trabalhador, para o povo pobre, para os trabalhadores do campo e da cidade e também para os segmentos empresariais que têm responsabilidade com o País e que é possível governar e fazer o Brasil crescer com igualdade, justiça, fraternidade e, principalmente, inclusão social, por meio de políticas públicas redistributivas da renda nacional.

É isso que o governo Lula está fazendo, e não é por outro motivo que tem tanta receptividade e adesão social.

No dia 5, o Presidente Lula estará novamente em Minas Gerais, em Ouro Preto e Mariana, revisitando nossa história, inaugurando a importante

reativação de um trecho ferroviário, com viés voltado para o turismo. Minas Gerais nunca recebeu tantos recursos, tantas obras e iniciativas federais como agora; como o Luz para Todos, um programa federal, o Bolsa-Família, o Pronaf, que são iniciativas recebidas na área social e cultural. Pelo carinho que tem com o nosso Estado, o Presidente Lula estará novamente aqui para mais uma inauguração, mais uma iniciativa que resgata a história, valoriza a nossa cultura e os bens culturais. Essas conquistas foram possíveis porque o trabalhador e a trabalhadora brasileiros, conscientes e organizados, tiveram coragem de eleger um Presidente operário e colocar no poder um partido efetivamente comprometido com os trabalhadores - o nosso glorioso e querido PT, o Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do oradora.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Rogério Correia, e os Deputados presentes. Cumprimento também Minas Gerais, todos os trabalhadores e trabalhadoras desta Casa e a imprensa.

Gostaria, primeiro, dando continuidade ao pronunciamento do Deputado André Quintão, de também parabenizar os trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais pelo 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Tivemos a oportunidade, Deputado André Quintão, de participar, desde sexta-feira, de vários eventos em comemoração às lutas, aos desafios e às conquistas dessa importante data para todos. Trata-se de uma comemoração internacional da luta dos trabalhadores, da sua organização enquanto classe social, enquanto organização sindical e popular; enfim, de uma classe importante no mundo do trabalho. Tivemos a oportunidade de refletir as relações do capital do trabalho e a necessidade de, cada vez mais, nessa era da informação, aprimorar a organização dos nossos trabalhadores para obter mais conquistas, seja na redução da jornada de trabalho, seja na dignidade do mundo do trabalho, seja na correção das injustiças sociais e, principalmente, na importância do trabalhador como força política e social nas mudanças estruturais que vêm sendo colocadas hoje, no mundo, com a eleição de operários e trabalhadores para conduzir países e o destino de nações. Enfim, é a construção de novos modelos de sociedades, principalmente na América Latina, que vem trabalhando sua integração em mudanças de transformação social.

Deixo o nosso abraço a todos os que, durante anos, têm lutado para que haja dignidade no mundo do trabalho e, principalmente, pelo reconhecimento do trabalhador como um cidadão importante na construção das políticas públicas, da cidadania e de um novo projeto de nação.

Faço um registro, é simbólico, é emblemático, mas, mais que isso. O Presidente Lula, como operário e como trabalhador, que durante anos sempre esteve presente na missa do trabalhador em São Bernardo do Campo, agora oferece, ao lado de sua equipe de governo, uma enorme contribuição para o avanço da cidadania e da democracia no País, contribuindo também com a democracia e a redução de desigualdades sociais na América Latina.

Sem dúvida, a presença de um operário na Presidência da República é, por si só, motivo de muitas transformações culturais. Conforme bem lembrado pelo Deputado André, as mudanças que o governo fez e está fazendo em relação ao aumento real do salário mínimo - de R\$300,00 para R\$350,00 -, o aumento da renda do trabalhador brasileiro, a redução do preço da cesta básica de alimentos, a redução do preço da cesta básica da construção civil e, principalmente, a possibilidade de geração de trabalho e emprego no campo. Deixo meu abraço aqui, na unidade das lutas do campo e da cidade, trabalhadores rurais e urbanos, pela construção do Brasil e de uma verdadeira democracia popular.

Os projetos de desenvolvimento regional são eixos fundamentais para o desenvolvimento de nosso país. O governo Lula, por meio de diversos ministérios, entre eles o da Integração Nacional, o do Desenvolvimento Social, o do Desenvolvimento Agrário e o da Agricultura, promove, com projetos de desenvolvimento regional, possibilidades de construção de desenvolvimentos integrados para melhorar a vida e alavancar o crescimento das regiões mais empobrecidas de Minas e do Brasil.

Gostaria de citar a experiência da região do Mucuri e do Jequitinhonha, com o projeto Mesovales, que inclui também o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Trata-se de um projeto que envolve R\$340.000.000,00, 16 ministérios, e está sediado em Araçuaí, buscando a promoção do desenvolvimento, geração de trabalho e renda e possibilidades para nossa juventude, enfim, projetos que alavancam progresso para nossa região.

Deputado Padre João, em nosso mandato, estamos trabalhando num projeto integrado para o desenvolvimento do Leste de Minas, reunindo alguns temas que dizem respeito a todos nós. Primeiro, passa pela educação como fator de desenvolvimento. Trabalhamos, ainda, a ida de um pólo e, posteriormente, de um "campus" da UFMG para Governador Valadares, que polariza o Médio e o Baixo Rio Doce.

Há, também, projetos na área do biodiesel, voltados para a inclusão social, fortalecendo a agricultura familiar, gerando empregos e garantindo que trabalhadores e trabalhadoras permaneçam no campo, criando oportunidades para as mulheres e nossa juventude. Esse projeto pioneiro, iniciado nas cidades de Mantena e Caratinga, representa o início de um novo modelo energético, com inclusão social e geração de trabalho e renda.

Com o Ministério do Desenvolvimento Social, estamos discutindo um consórcio de segurança alimentar para a região do Rio Doce, da Baía do Suaçuí, a fim de erradicar a fome e promover a segurança alimentar por meio de projetos, como agricultura urbana, hortas comunitárias, pequenas unidades produtivas de alimentos, além do microcrédito para a agricultura familiar e lavouras comunitárias.

Em alguns Municípios, como Governador Valadares, iniciativas como o restaurante popular, que geram empregos, produzem alimentos e garantem a segurança alimentar em qualidade e quantidade suficientes para a população.

E, por nossa solicitação, a experiência de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS - do Banco do Brasil, que já existia no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri, chegará também a cerca de 74 Municípios do Leste de Minas. Nessa proposta, também se encontram Municípios do Nordeste brasileiro. É o Banco do Brasil como articulador de ações de desenvolvimento sustentável e estimulador da busca de parcerias para promover o desenvolvimento das nossas pequenas e médias cidades e proporcionar melhores oportunidades de vida digna para o povo da nossa região.

Governador Valadares, o Leste de Minas é uma região com intensa emigração, especialmente para os Estados Unidos e Portugal. A causa principal dessa emigração, que, em muitas situações, gera violência e morte de brasileiros e especialmente de valadarenses; é a busca de novas oportunidades de trabalho e renda, principalmente por aqueles que estão na idade mais produtiva.

Precisamos, urgentemente, convocar todas as forças políticas, Prefeituras, gestores municipais e movimentos sociais dessa região a participarem de um projeto de desenvolvimento integrado para minimizar a emigração, garantir a vida das nossas populações e gerar oportunidades reais para que fiquem no seu lugar de origem com melhores condições.

A ligação asfáltica de muitos desses Municípios, promovida com recursos do governo federal, da Cide e do governo estadual, também contribuirá para esse desenvolvimento, para a integração das pequenas cidades e para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Na região de Caratinga, onde também é forte a agricultura familiar, o governo federal, por meio da Fundação Banco do Brasil, investirá em recursos para potencializar e agregar valor à agricultura familiar em várias unidades produtivas, cuidar das associações de catadores de materiais recicláveis, criar uma fábrica de vassouras para gerar empregos, etc. Esses projetos de desenvolvimento regional possibilitam o crescimento, a redução das desigualdades e a integração dessa região empobrecida no projeto de desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil.

No que se refere à presença do Presidente Lula em Minas Gerais, além de ir a Ouro Preto e Mariana, também irá a Aimorés, no Baixo Rio Doce. Essa região sofre graves problemas sociais e estruturais, com uma devastação ambiental muito grande. Estamos trabalhando para promover o desenvolvimento daquela microrregião, que necessita de projetos de educação profissionalizante, de programas sociais - além do Bolsa-Família, que já existe -, de projetos de erradicação do trabalho infantil, do centro de referência da assistência social, do Agente Jovem, que proporciona à juventude maiores oportunidades, e dos consórcios da juventude. Também queremos chamar a atenção para aquela região que passa por um momento de transformação e mudanças. Lá houve a construção de uma grande hidrelétrica.

Há anos travamos um debate com as comunidades, com os ribeirinhos, com os pescadores, com as associações das bordadeiras e das costureiras, com os nossos meeiros, para que, a partir do funcionamento dessa hidrelétrica - que todos sabemos promoveu grande problema ambiental e social -, seja restituída a dignidade daquela comunidade.

Tenho certeza de que a presença do Presidente Lula naquela região chama a atenção do próprio governo federal e do governo de Minas, pois o consórcio é formado pela Companhia Vale do Rio Doce e Cemig, para que garantam melhores condições de atendimento aos Municípios.

A presença do Presidente Lula na região deve chamar a atenção para a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos Municípios congregados - Baixo Guandu, Aimorés, Resplendor -; restituir ali o meio ambiente por meio das unidades de conservação; garantir a geração de trabalho e renda aos nossos pescadores e pequenos agricultores; possibilitar políticas públicas - educação, saúde, estação de tratamento de esgotos - nos Municípios; enfim, cumprir aqueles condicionantes exigidos pelo Ibama, os quais o consórcio deve, ao longo do tempo, garantir àquelas pequenas comunidades.

A presença do Presidente Lula inaugurando a hidrelétrica deve deixar um saldo positivo para a organização e melhoria de vida das comunidades.

Finalizando, Deputado Rogério Correia, repito: tenho certeza de que a presença do Presidente Lula contribuirá muito com aquela região, garantindo-lhe melhores oportunidades. Obrigada.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/4/06, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando, a partir de 8/5/06, Gilberto Gonçalves Caixeta do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/5/06, Valéria Maria da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Marcelo Amorim Moreno para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Zulma Maria Braga de Oliveira Cunha para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Fabiana Lara de Castro Simão para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete da Deputada Lúcia Pacífico

nomeando Antônio de Pádua Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Luciano José Rezende Procópio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria da Conceição Marcelino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 17/3/05, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/5/06, Marcelo Amorim Moreno do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Alexandre Albergaria de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/5/06, Alexandre Albergaria de Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando, a partir de 8/5/06, Zulma Maria Braga de Oliveira Cunha do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Gilberto Gonçalves Caixeta para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Nelson Luiz Thibau para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Valéria Maria da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o preenchimento cumulativamente, das condições constantes nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, e observado o disposto na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 4/2/06, a servidora Maria Beatriz Gontijo dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/3/06, a servidora Maria Elisabete Gontijo dos Santos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 13/4/2006, na pág. 55, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Leonídio Bouças", onde se lê:

"Leonardo Oliveira Neves", leia-se:

"Leonaldo Oliveira Neves".